

MOREIRA MARIZ



Aprovado no Senado, Supersimples segue para votação final da Câmara

PÁGINAS 3 E 4

Plenário acolheu por unanimidade o Estatuto da Microempresa

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII — Nº 2.494/106 — Brasília, 13 a 19 de novembro de 2006

EDIÇÃO SEMANAL

Investimentos e regras claras: condições para o país crescer

Controle do tráfego aéreo no centro das atenções

PÁGINAS 10 E 11

Crimes na internet e Lei de Imprensa em debate

PÁGINAS 14 E 15

Orçamento: relator busca acordo para votar parecer

PÁGINA 7

cidadania

Psoríase: o maior problema ainda é o preconceito

Doença benigna, crônica e hereditária, a psoríase não é contagiosa. Porém, os portadores da doença, que causa lesões na pele, são vítimas do preconceito, fruto da falta de informação.

PÁGINA 20

DANIEL GUIMARÃES/GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Rodovia SP-300, em São Paulo: 90% do Plano Piloto de Investimentos vão para o setor de transportes

Governo e oposição concordam: para crescer, o Brasil precisa investir mais, e logo, em infra-estrutura, com destaque para transportes. O presidente Lula promete gastar mais com o setor, além de alavancar parcerias público-privadas e concessões. Mas os empresários temem a desestruturação das agências reguladoras e mudanças de regras, o que afugentaria novos investidores.

PÁGINAS 6 A 9

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 17

ACONTECEU NO SENADO

Página 19



SUPERSIMPLES Projeto que beneficia pequenas empresas sofreu mudanças e será analisado de novo na Câmara

Acordo permite aprovação unânime

O Plenário do Senado aprovou por unanimidade, na quarta-feira passada, o projeto do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Como foram acolhidas emendas (34 ao todo) ao texto votado pela Câmara em setembro, o projeto será novamente apreciado pelos deputados, antes de seguir à sanção presidencial. A votação pode ocorrer semana que vem, mas apenas após serem apreciadas as oito medidas provisórias que obstruem a pauta da Câmara.

Nas galerias do Senado, ao lado de outros integrantes da entidade e lideranças empresariais, o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, comemorou a aprovação do projeto – também conhecido como Supersimples, por aumentar a abrangência do regime atual de tributação simplificada. Logo depois, Okamoto e os demais foram direto para a Câmara pedir ao presidente da Casa, Aldo Rebelo, urgência para o exame da matéria. Aldo disse a jornalistas que espera desobstruir a pauta até terça-feira. Segundo ele, o feriado da quarta-feira (dia 15) não vai atrapalhar as votações de matérias prioritárias, como o Supersimples.

Todos os 55 senadores presentes à sessão votaram a favor da proposição (PLC 100/06) – era necessária a maioria absoluta, ou seja, 41 senadores, por se tratar de projeto de lei complementar. Mas isso só foi possível depois de extenuantes negociações envolvendo parlamentares, representantes dos estados e municípios, líderes empresariais e gente do alto escalão do governo federal.



Renan (C) e Guido Mantega (à sua direita) durante a negociação com líderes partidários e empresários que levou ao entendimento

No último desses encontros, ocorrido pouco antes da votação, o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, lideraram as discussões que levaram ao entendimento.

Pelo acordo, a lei deverá começar a vigorar apenas em 1º de julho de 2007, em vez de 1º de janeiro, conforme previa o texto da Câmara. Isso porque estados,

municípios e Receita Federal alegaram não haver tempo hábil para desenvolver o sistema de arrecadação.

– É um procedimento complexo que demanda alguns meses para implementar. Para dar segurança, nós adotamos esse prazo – disse Mantega.

De acordo com o ministro, em sete ou oito meses será possível desenvolver esse sistema. Ele lembrou que isso irá contribuir para o crescimento do país, uma vez que as empresas nesse sistema terão um custo tributário menor. Na sua avaliação, também será reduzido o tempo médio para abertura de uma micro ou pequena empresa

de 150 dias para duas semanas.

Durante a votação, o relator do projeto no Senado, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), pediu ao Plenário a dispensa da leitura de seu parecer, que tem 156 páginas, e fez apenas um resumo das discussões ocorridas na quarta-feira.

– O Senado cumpriu seu papel ao votar matéria que irá gerar 2 milhões de empregos e reduzir uma gama enorme de tributos a apenas oito, a serem pagos em uma só guia, garantindo maior capacidade de investimento às micro e pequenas empresas – observou o relator.

Além do adiamento da data da entrada em vigor da lei, os senadores alteraram um dos artigos para que a gestão dos recursos do Supersimples seja decidida por um comitê gestor.

O Senado manteve ainda no projeto a revogação de todas as disposições em contrário à nova lei. Isso porque os estados costumam criar incentivos fiscais, principalmente em relação ao ICMS, para competir com outros estados na atração de novos negócios, manobra conhecida como guerra fiscal. Isso agora não poderá mais ocorrer em relação às micro.

Senadores destacam benefícios para a economia

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu ao governo que coloque em vigor o Supersimples na data prevista, 1º de julho de 2007, e evite que a matéria fique tramitando muito tempo na Câmara, uma vez que a proposta visa beneficiar pequenas empresas, diminuir a burocracia, aumentar a competitividade e os empregos formais. O projeto foi aprovado na Câmara em setembro, mas terá de ser novamente analisado pelos deputados porque sofreu alterações ao ser votado pelo Senado na semana passada.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse acreditar que o projeto do Supersimples vai aprimorar o sistema tributário e estimular a formalização da economia brasileira, visto que promove a redução de tributos.

Para Aloizio Mercadante (PT-SP), a lei irá valorizar milhões de trabalhadores e microempresários e trará contribuição importante para o país, estando na agenda das reformas microeconômicas. Ele propôs ainda a criação do estatuto da pré-empresa, como passo inicial para regularizar as 10,5 milhões de empresas atualmente na informalidade.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), lembrou que o autor do PLC 100/06 é o líder de seu partido na Câmara, Jutahy Júnior (BA), embora, conforme o parlamentar, o presidente Lula tivesse assumido indevidamente a “paternidade do projeto”.

Segundo Almeida Lima (PMDB-SE), o Supersimples pode alavancar o desenvolvimento econômico do país e vai assegurar a inserção no mercado formal não apenas de empresas, mas de trabalhadores registrados.

Quando se fala em microempresas, disse o senador Romeu Tuma (PFL-SP), também está se falando “do engraxate, do marreteiro, daqueles que fogem do ‘rapa’ da prefeitura, que não podem se registrar ou criar uma microempresa com as grandes dificuldades que são oferecidas pelo município ou pelo estado”.

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) destacou que votaria favoravelmente ao projeto por

acreditar que as grandes empresas, com a reforma tributária, terão ainda um tratamento que implique queda da carga de impostos que pesa

Redução da arrecadação previdenciária preocupa Heloísa Helena

De acordo com o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), o Supersimples trará benefícios às empresas no que se às leis trabalhistas, hoje comprometidas com o recolhimento de contribuições e causas trabalhistas.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) se disse preocupada justamente com o impacto futuro da redução da contribuição previdenciária prevista no projeto do Supersimples, que, segundo ela, vai se revelar no momento em que os trabalhadores vinculados às empresas beneficiadas pedirem aposentadoria.

Pacote de vantagens

Conheça os principais itens do projeto do Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto para entrar em vigor em julho de 2007

Tributação

As micro (até R\$ 240 mil de faturamento anual) e pequenas empresas (até R\$ 2,4 milhões anuais) poderão aderir a um sistema unificado de pagamento de impostos e contribuições, que serão arrecadados por meio de uma única guia. São oito os tributos incluídos: o Imposto sobre Serviços (ISS), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto de Renda (IR), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a contribuição patronal para a seguridade social (INSS). O Simples atual não inclui o ICMS e o ISS.

Alíquotas

As alíquotas básicas previstas vão de 4% a 11,6%, mas esses percentuais podem variar, dependendo do setor em que a empresa atua e do número de funcionários. As alíquotas atuais situam-se entre 3% e 12,6%

Compras públicas

As micro e pequenas passam a ter prioridade em compras governamentais de até R\$ 80 mil.

Menos burocracia

O empresário interessado em abrir um novo negócio entregará os documentos necessários em um único órgão, que repassará os dados para os outros. O registro da empresa será único e servirá para todas as esferas de governo. A parte (ambiental, de segurança e sanitária) de fiscalização será feita de forma simplificada.

Parcelamento

Micro e pequenas empresas poderão parcelar as dívidas tributárias vencidas até janeiro de 2006 em 120 meses. A parcela mínima é de R\$ 100.

Autônomos

O estatuto permite que autônomos façam um recolhimento de apenas 11% para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). A alíquota hoje é de 20%. Mas o autônomo poderá se aposentar apenas por

idade (60 anos para mulher e 65 para homens), e não por tempo de contribuição.

Leque ampliado

O projeto, como foi aprovado na Câmara dos Deputados, permite que novos setores entrem no sistema de arrecadação especial. Entre eles estão os operadores autônomos de transportes de passageiros, as empresas de montagem de estandes em feiras, escolas de línguas, academias de ginástica e de dança e empresas que atuem na área de produção cultural.

Estados

Os estados com participação de até 1% no PIB do país – Acre, Alagoas, Amapá, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins – podem optar por adotar apenas a faixa de faturamento de até R\$ 1,2 milhão. Para as demais faixas, o ICMS ou o ISS será recolhido normalmente. Os estados com participação entre 1% e 5% no PIB podem optar apenas pela faixa de receita até R\$ 1,8 milhão. Isso vale para Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco e Santa Catarina.

SUPERSIMPLES Alteração da entrada em vigor do estatuto para 1º de julho é uma das mudanças feitas no Senado

Estados temem perda de receitas

O adiamento da entrada em vigor da Lei do Supersimples de janeiro para julho de 2007 foi pleiteado em reunião no Senado na quarta-feira passada tanto por representantes dos secretários estaduais de Fazenda quanto pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. Todos eles tinham receio da queda de arrecadação que o Supersimples acarretaria ao conceder benefícios tributários para micro e pequenas empresas já a partir do início do próximo ano.

No âmbito estadual e municipal, as estimativas de perda de arrecadação variam muito – vão de R\$ 1 bilhão a R\$ 9 bilhões. A divergência decorre do fato de as estimativas mais pessimistas para os estados e municípios não levarem em conta benefícios fiscais que esses entes federativos já recebem hoje.

Na esfera federal, a estimativa da Receita Federal é que a perda seria da ordem de R\$ 5,3 bilhões. Mas há quem diga, como o relator da matéria na Câmara, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), que os ganhos decorrentes da entrada de empresas na formalidade compensariam as perdas de arrecadação.

– O Confaz [Conselho de Política Fazendária, que congrega secretários estaduais de Fazenda] trouxe cinco itens para o parecer e alguns serão absorvidos, como a questão do prazo de vigência – disse o relator do projeto, senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

Os estados mostraram que não teriam condições de adequarem

seus sistemas para que a lei começasse a vigorar em janeiro de 2007. Ficou acordado que vai vigorar, então, a partir de julho de 2007, para que os sistemas sejam adequados, tanto nos estados e municípios quanto no governo federal.

Luiz Otávio relatou também que ficou acertado que o comitê gestor responsável pela regulamentação da lei após sua aprovação terá quatro representantes do governo federal (das secretarias da Receita Federal e de Receita Previdenciária), dois dos estados e do Distrito Federal e dois dos municípios.

Outro ponto que o relator disse que precisa ser modificado é o artigo 22 da lei, que define quem fará a divisão dos impostos para estados, municípios e União. O texto atual cita que ficaria a cargo das próprias instituições financeiras em que micro e pequenas empresas fizessem o recolhimento dos impostos. No entanto, o entendimento é que isso causaria um “embaraço enorme”.

– Ficou acordado que ficará a cargo do comitê gestor definir – disse o relator.

Estados e municípios reclamam ainda da dispensa das empresas de micro e pequeno porte de pagarem o salário-educação. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as micros respondem por 57,2% dos empregos formais totais e por 26% da massa salarial. A arrecadação do salário-educação incide com alíquota de 2,5% sobre a massa salarial. Haveria, assim, uma queda na arrecadação de R\$ 1,6 bilhão.

Formalização de empresas compensaria renúncia fiscal, acredita relator

Votação do projeto é vitória após três anos de mobilização

A aprovação do Supersimples no Senado é a recompensa por três anos de mobilização das entidades representativas dos micro e pequenos empresários. O marco inicial foi o anteprojeto de Lei Geral elaborado em 2003 pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), depois de ouvir mais de 6 mil empresários e especialistas em negócios. O anteprojeto passou pela análise do governo federal em 2004 e chegou ao Congresso no ano seguinte.

Em abril de 2005, formou-se uma frente empresarial em prol da aprovação da Lei Geral, integrada por entidades como as confederações nacionais da Indústria (CNI), Comércio (CNC), Agricultura (CNA), Transportes (CNT), das Entidades de Micro e Pequenas Empresas (Conempec) e das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACBs), com o apoio do Sebrae.

Dois meses mais tarde, milhares de empresários se reuniram em Brasília. Depois de se manifestar na Esplanada dos Ministérios, eles entregaram o anteprojeto da Lei Geral a Renan Calheiros, presidente do Senado, e a Severino Cavalcanti, então na Presidência da Câmara. Em seguida, no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vestiu a camisa e usou o boné alusivos à campanha pela aprovação da Lei Geral.

Em novembro de 2005, começou a tramitar o substitutivo ao Projeto de Lei Complementar 123/04, unificando 17 propostas que tramitavam na Casa tratando do mesmo tema – mantendo como base o anteprojeto do Sebrae. No dia 13 de dezembro de 2005, o projeto foi aprovado na Comissão Especial da Microempresa da Câmara, mas só em setembro passado foi finalmente aprovado pelos deputados e enviado ao exame do Senado.



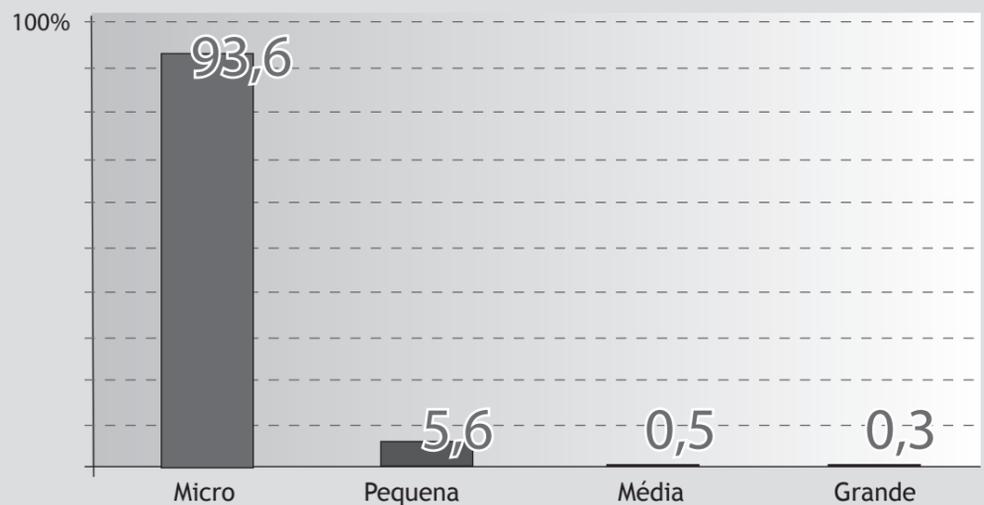
Microempresária em salão de beleza: menor carga tributária incentivará formalização de empregos

EUGENIO NOVAES/ASN

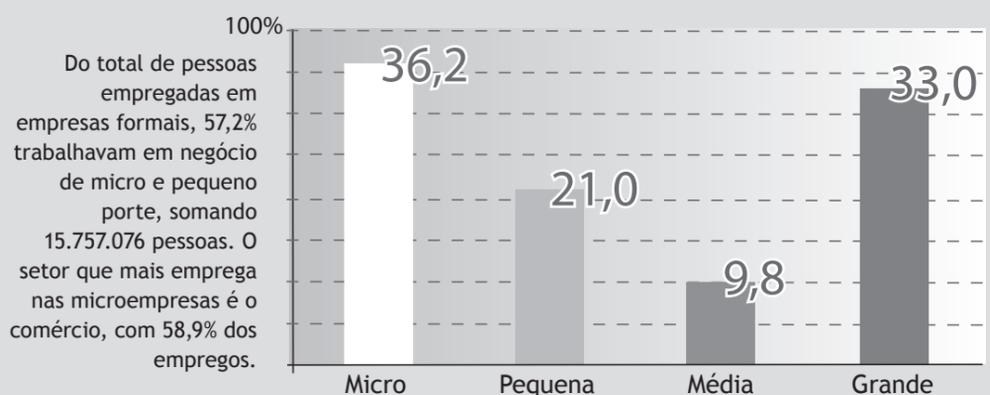
O peso das micro e pequenas empresas

O total de empresas em atividade no Brasil alcançava 4.918.370 em 2002 (ano com as estatísticas mais recentes do IBGE). As microempresas representavam 93,6% – 95,4% delas atuando no comércio. O conjunto das micro e pequenas empresas alcança 99,2%.

Total de empresas – em %



Pessoas empregadas – em %



Massa salarial – em %



COMISSÕES

Ajuda às vítimas de estiagem na região Sul

A medida provisória que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 10 milhões para o Ministério da Integração Nacional, destinados a auxiliar as vítimas da estiagem da região Sul, recebeu a aprovação dos senadores, na quinta-feira. A matéria vai agora à promulgação.

O relator-revisor, senador Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou parecer favorável à aprovação da medida provisória (MP 313/06), em seus pressupostos de urgência e relevância e adequação financeira e orçamentária. Recusou, no entanto, as emendas apresentadas.

Os recursos servirão para atender os agricultores familia-

res atingidos em sua carência de alimentos e, principalmente, pelo esgotamento das reservas hídricas, conforme a justificativa apresentada pelo Executivo na MP. A estiagem teria provocado sérios transtornos com significativos danos humanos, materiais e ambientais.

O Executivo informou ainda que o atendimento será realizado mediante intervenções de recuperação e adequação da infra-estrutura hídrica, que compreende a reabilitação de cenários de desastre, de modo a normalizar as reservas hídricas e garantir o abastecimento de água a todas as pessoas atingidas.

Autorizados financiamentos para Fortaleza e Joinville

Quatro projetos de resolução que autorizam a contratação de operações de crédito no total de US\$ 308,9 milhões foram acolhidos na terça-feira pelo Plenário do Senado. As matérias seguem para promulgação.

O PRS 50/06 autoriza a Prefeitura de Fortaleza (CE) a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da União, no valor de até US\$ 85,2 milhões. Esses recursos deverão

Governo do Pará também está autorizado a buscar crédito externo

de Paris.

Em seguida, foi aprovado pelos senadores o PRS 52/06 que autoriza a prefeitura de Joinville (SC) a contratar operação de crédito externo com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Baía da Prata (Fonplata), com garantia da União, no valor de até US\$ 11,8 milhões. Os recursos serão destinados ao financiamento parcial do Programa Eixo Ecológico-Leste e Estruturação de Parques Ambientais - Linha Verde.

Também foi aprovado o PRS 53/06, que autoriza o estado do Pará a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), com garantia da União, no valor de até US\$ 60 milhões. Esses recursos deverão ser aplicados no Programa Pará Rural e sua liberação foi comemorada pelos senadores paraenses Flexa Ribeiro (PSDB) e Luiz Otávio (PMDB).

Senado acolhe indicação de diplomatas para embaixadas

As mensagens presidenciais indicando diplomatas para exercerem o cargo de embaixadores do Brasil junto à Noruega e Islândia, Cingapura, Bahamas e Zâmbia foram aprovadas na terça-feira pelo Senado.

O nome de Paulo Alberto da Silveira Soares foi aprovado para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República de Cingapura, uma ilha localizada no Sudeste da Ásia, com altas taxas de crescimento econômico, graças a pólo industrial de alta tecnologia e forte centro financeiro.

O Senado também aprovou a indicação de Tomas Maurício Guggenheim para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas. O país é uma democracia constitucional parlamentar, situada em um arquipélago ao

largo da costa da Flórida e ao norte da ilha de Cuba.

Para acumular o cargo de embaixador no Reino da Noruega e República da Islândia, o Plenário aprovou a indicação de Sérgio Eduardo Moreira Lima. Noruega e Islândia são países escandinavos que possuem altos indicadores sociais.

Também foi aprovada a indicação de Josal Luiz Pellegrino para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República de Zâmbia, na África Meridional. O país detém atualmente um PIB de US\$ 6,8 bilhões. A maior fonte de divisas de Zâmbia é o cobre, embora o país também seja o maior exportador mundial de cobalto. O setor agrícola absorve 85% da mão-de-obra nacional e é responsável por 21,7% do PIB.



Senadores retomam as votações em Plenário e autorizam a abertura de créditos extraordinários

Aprovada MP em favor do trabalhador rural

O Senado aprovou na quinta-feira medida provisória que prorroga para 2008 o prazo para os trabalhadores rurais requererem aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, mediante comprovação de atividade rural. Ou seja, sem a necessidade do recolhimento prévio de contribuições previdenciárias. O prazo expiraria em julho.

No texto da MP 312/06, o ministro da Previdência Social, Nelson Machado, explica que a Lei

8.213 permitiu aos trabalhadores rurais requererem a aposentadoria por idade, durante 15 anos, contados a partir de sua data de vigência (1991), mediante comprovação de exercício da atividade rural, ainda que descontinua, no período imediatamente anterior ao requerimento, em número de meses idêntico à carência do referido benefício.

A urgência da prorrogação do prazo se deve à constatação de que a grande maioria desses trabalhadores não conseguiria

atender a todos os requisitos legais aplicáveis ao Regime Geral da Previdência, já que não são contribuintes.

“Essa medida vem sendo reclamada por todas as representações desses trabalhadores, que relatam a angústia daqueles que estão prestes a completar a idade para a aposentadoria e temem não conseguir o benefício em razão da expiração do prazo”, informou o ministro Nelson Machado.

A matéria vai à promulgação.

Gratificação no Bolsa Família gera polêmica

A polêmica gerada durante a discussão do projeto do senador Efraim Morais (PFL-PB) que inclui o benefício natalino entre aqueles oferecidos pelo programa Bolsa Família levou ao encerramento da sessão deliberativa do Senado no segundo item da pauta, na quarta-feira.

A inclusão da matéria na pauta do Plenário gerou tensão entre governo e parte da oposi-

ção. O senador Efraim Morais, apoiado pelos colegas de partido Heráclito Fortes (PI) e Antonio Carlos Magalhães (BA), exigia a votação de sua proposição (PLS 262/06) antes das três medidas provisórias previstas no acordo celebrado por líderes de partidos governistas e oposicionistas.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR) e a líder petista Ideli Salvatti (SC) protestaram

contra o que classificaram como quebra de acordo e procedimento contrário ao regimento. Depois de muito debate, ficou estabelecido que o projeto de Efraim seria votado após a apreciação das medidas provisórias em pauta, o que acabou não ocorrendo em virtude de o presidente do Senado, Renan Calheiros, ter encerrado a sessão por falta de quórum.

Hemobrás terá R\$ 14,8 milhões para investir em laboratórios

Depois de muita polêmica, o Plenário aprovou na quarta-feira medida provisória que abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006 de R\$ 14,8 milhões em favor da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás). Durante discussão da matéria (MP 310/06), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou voto contrário ao parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP), considerando um absurdo constitucional o Senado votar algo que já foi executado e pago pelo governo. A matéria vai a promulgação.

Único voto contrário, Antonio Carlos rejeitou tanto o mérito da proposta quanto os pressupostos de relevância, urgência, adequação orçamentária e financeira que a fundamentavam. “Nossa Casa é desmoralizada por MPs dispensáveis”, disse. Em seguida, Heráclito Fortes (PFL-PI) louvou a preocupação do pefelista da Bahia, mas destacou a boa vontade de Tuma em atender aos beneficiários da medida. Criada pela Lei 10.972/04, a Hemobrás tem como finalidade a fabricação, a custos baixos, de fatores de coagulação para abastecimento do Sistema Único de Saúde.

Créditos para os ministérios da Justiça e da Integração

O Senado aprovou na quinta-feira medida provisória que abre crédito extraordinário de R\$ 208 milhões em favor dos ministérios da Justiça e da Integração Nacional.

O texto da medida provisória (MP 311/06), editada em julho, esclarece que os recursos se destinam, no caso do Ministério da Justiça, à modernização do sistema penitenciário, com construção de estabelecimentos penais estaduais, além da reforma de outros, aparelhamento de estabelecimentos, gestão do programa penitenciário nacional, reintegração social do preso e egresso e capacitação em serviços penais. Essas ações somam R\$ 200 milhões.

Já no caso do Ministério da Integração Nacional, os R\$ 8 milhões serão empregados na recuperação de danos causados por desastres na região Nordeste, principalmente chuvas intensas que provocaram inundações e alagamentos em vários municípios cuja infra-estrutura precisa ser recuperada. Além disso, o montante será aplicado, de acordo com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, no atendimento às necessidades básicas e primárias da população atingida, tais como o fornecimento de cestas básicas, medicamentos, colchões, cobertores, barracas e gastos com combustíveis, entre outros.

A Presidência esclarece que os R\$ 208 milhões advêm de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005. A medida vai à promulgação.

INFRA-ESTRUTURA Em queda desde a década de 80, poucos recursos públicos para setor retardam desenvolvimento

Brasil só cresce se voltar a investir

Um dos pilares da atual política econômica é o chamado superávit primário, fixado em 3,15% do produto interno bruto (PIB) para os próximos três anos. Como, então, retirar dos cofres da União os recursos para investir na recuperação e ampliação do sistema de transportes, energia e comunicações no Brasil, gerando as condições ideais para o país crescer a taxas maiores – pelo menos 5% ao ano, como prometeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu discurso após sua reeleição? É o desafio que se impõe a um país que, nas duas últimas décadas, adotou o caminho justamente inverso.

O investimento do governo (União e estatais federais) em infra-estrutura caiu de 2,31% do PIB, no período 1995-1998, para 1,88%, no período 1999-2002. A queda é progressiva: de mais de 2% do PIB, no final da década de 80, para 0,97% na década de 90 e para 0,73% no período mais recente (2000-2004).

Entre 2005 e 2006, os investimentos ficaram praticamente estagnados em patamar inferior a 0,8% do PIB – R\$ 14,5 bilhões em 2005 e R\$ 16,2 bilhões em 2006. E estes são os recursos de todas as obras e programas (aí incluídos os sociais, como o Bolsa Família), não apenas os voltados para infra-estrutura.

A promessa de R\$ 17,6 bilhões feita no Orçamento de 2007 não altera essa realidade. O governo elaborou a proposta prevendo crescimento da economia de 4,75% em 2007, mas a maioria dos especialistas do mercado estima em no máximo 3,5% o aumento do PIB. Os próprios resultados deste ano (como o mau desempenho da indústria em setembro) parecem confirmar que a meta pode não ser alcançada.

Um crescimento menor resultará em

uma arrecadação abaixo do previsto. Nesse cenário, os técnicos da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional apontam para uma queda de R\$ 5,2 bilhões. Considerando a dificuldade para a redução das despesas obrigatórias (pessoal, Previdência, juros da dívida etc.), a tendência natural é de corte nos investimentos.

“Com exceção do setor de petróleo, a área de infra-estrutura vive um período de incertezas, progressiva deterioração e insufi-

ciente expansão. A situação é crítica. Existem sérios problemas na oferta dos serviços de gás natural, energia elétrica, portos, transporte de cabotagem e nos sistemas rodoviário, hidroviário, ferroviário e de saneamento básico”, destaca o documento *Crescimento – A visão da indústria*, que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) entregou a todos os candidatos a presidente da República.

No setor de transportes, os investimentos da União caíram

de 0,7% do PIB, na década de 80, para 0,2% na de 90, e para 0,18% no período 2000-2004. O resultado desse baixíssimo investimento é a elevação dos custos de distribuição e perda de competitividade das empresas. Com dados recolhidos junto a 41 grandes indústrias brasileiras, entre abril e agosto de 2005, o Centro de Estudos em Logística da Universidade Federal do Rio de Janeiro identificou que, no Brasil, os custos logísticos (transporte, armazenagem, estocagem) representam 12,8% do PIB nacional. Nos Estados Unidos, por exemplo, esse valor é de 8,19%.

Governo federal aposta firme no PPI

O governo federal acredita ter encontrado a solução para a crônica falta de dinheiro para melhorar a estrutura econômica do país com o chamado Projeto Piloto de Investimentos (PPI). Voltado para obras prioritárias (rodovias, portos, ferrovias, metrô, aeroportos), o PPI cumprirá em 2007 o seu terceiro ano de aplicação, tendo como principal diferencial o fato de que as verbas ali reunidas estariam imunes aos bloqueios ou cortes orçamentários comuns às demais áreas da administração pública, tendo em vista a meta do superávit primário.

Cerca de 90% dos R\$ 4,59 bilhões do PPI para o próximo ano estão destinados ao setor de transportes, dos quais R\$ 3,4 bilhões para rodovias (veja quadro). Somente a obra de duplicação da BR-101, entre os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, receberá uma

dotação de R\$ 802,9 milhões em 2007. A previsão de entrega das obras é para 2008. A maioria dos investimentos em energia, por outro lado, ficam fora do plano, pois estão a cargo das duas gigantes estatais – Petrobras e Eletrobrás –, que têm orçamentos próprios.

O PPI foi concebido com base na necessidade de expandir o investimento na infra-estrutura do país e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade do gasto público, em especial na escolha dos projetos, sempre com elevado impacto e retorno econômico. Criado em 2005, em seu primeiro ano o PPI alcançou o invejável índice de 99,84% de seus R\$ 3,5 bilhões efetivamente empenhados pelo

Cerca de 90% do PPI 2007 estão destinados ao setor de transportes



Ponte em reconstrução no Paraná: governo criou PPI para assegurar continuidade dos investimentos públicos

RONALDO ALEXANDRE/GAZETA DO POVO

governo federal (na linguagem da burocracia, “empenhar” significa reservar os recursos para pagamento por um serviço contratado). É verdade que 66% desse total acabaram sendo inscritos na rubrica “restos a pagar”. Ou seja, dois terços dos pagamentos previstos pelo PPI para 2005 foram transferidos para este ano.

Mas o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que monitora o cumprimento das metas do PPI, considera a iniciativa um sucesso.

“Em termos de execução física,

o primeiro ano do PPI já representou a recuperação de 2.675 quilômetros de rodovias federais”, exemplifica o relatório anual do PPI 2005, assinado pelo secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) do ministério, Ariel Pares.

O secretário-adjunto da SPI, Ernesto Carrara Jr., que dirige o Departamento de Planejamento de Programas de Infra-Estrutura do ministério, ressalta que, além da “blindagem” dos investimentos proporcionada pelo PPI, uma outra qualidade importante do

plano é assegurar a continuidade das obras e projetos classificados como prioritários.

– O PPI permite a alocação de recursos por projeto, praticamente eliminando o risco de descontinuidade das obras, que é um dos grandes problemas dos investimentos públicos do país – acrescenta Carrara.

Para 2006, o plano previa investimentos de R\$ 3 bilhões, e um balanço mais atualizado sobre o cumprimento de suas metas deve ser liberado pelo Ministério do Planejamento nesta semana.

Recursos previstos no PPI (2005-2007)

Setores	Executado 2005	Dotação atual 2006	PLOA* 2007
TRANSPORTES	2.820,6	2.321,7	4.098,5
– Adequação/Construção de rodovias	1.131,2	1.132,9	2.032,4
– Recuperação de rodovias	1.239,3	741,8	1.394,8
– Ferrovias	274,8	141,7	255,2
– Portos	175,3	158,2	229,7
– Estudos e projetos	-	147,1	186,5
DEMAIS SETORES	754,6	707,7	491,5
– Metrô e transporte coletivo	398,6	360,9	369,1
– Perímetros de irrigação	53,0	56,5	53,9
– Geologia e mineração	45,8	45,0	59,7
– Meteorologia	15,0	12,2	8,8
– Modernização da Receita do Brasil	225,6	233,1	-
– Recursos hídricos	14,1	-	-
– Biotecnologia na Amazônia	2,6	-	-
Total geral	3.575,2	3.029,4	4.590,0

* PLOA – Projeto da Lei Orçamentária Anual
Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

As análises de Mercadante e Virgílio

Buscar entendimento em torno de uma agenda mínima destinada a debater saídas concretas para que o país possa crescer de forma sustentada nos próximos anos, sem prejudicar, entretanto, os avanços ocorridos na economia, é a proposta do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que pede um amplo diálogo entre governo e oposição.

O senador entende que, para o país vencer esse desafio e passar a obter taxas de crescimento que oscilem entre 5% a 7% ao ano, deve ser implantado o que chamou de “novo desenvolvimento”. Esse modelo teria por base o aumento da taxa de investimentos públicos, aliado à contenção da expansão de gastos correntes, componente considerado pelo senador como essencial para o aumento de investimentos, com reflexos no crescimento de empregos. Para Mercadante, a iniciativa privada não tem condições de, sozinha, percorrer essa trilha.

Mercadante também defendeu o aprimoramento

da qualidade dos gastos públicos; a desoneração para os investimentos e o estabelecimento de um marco regulatório com qualidade para investimentos privados, com maior profissionalização das agências de regulação.

Para o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), o país ainda não reúne as condições necessárias para o crescimento médio anual de 5%, conforme intenção anunciada pelo próprio presidente. O parlamentar também disse que o governo não estabeleceu marcos regulatórios confiáveis em alguns setores da economia e não deu início a nenhuma obra de infra-estrutura no setor de energia.

– Nenhuma parceria público-privada (PPP) foi assinada pelo governo Lula. O governo diminuiu os investimentos no agronegócio. Lula não tem servido para consolidar a democracia e não realizou nenhuma reforma efetiva, apenas manteve a estabilidade – avaliou.

INFRA-ESTRUTURA Crescimento anual de 5% do PIB só será alcançado com grandes investimentos, diz especialista



SÉRGIO ANDRADE/GOV. DO ESTADO DE SP

Rodovia estadual em São Paulo: especialistas afirmam que privatizações e concessões devem ser aliadas a investimentos públicos para alavancar o desenvolvimento

Transportes precisam de R\$ 6 bilhões anuais

Segundo cálculos do próprio Ministério dos Transportes, é necessário R\$ 1,2 bilhão anuais, pelos próximos quatro anos, para colocar os 58 mil km de rodovias federais em boas (não ótimas) condições. Outra fonte, o doutor em logística, engenheiro civil e professor Paulo Tarso Rezende, da Fundação Dom Cabral (MG), informa que só investindo R\$ 6 bilhões anuais, durante cinco anos, a infra-estrutura de transportes (rodovias, ferrovias, hidrovias e portos) estará preparada para permitir ao país crescer 5% ao ano nas próximas duas décadas.

Se o horizonte for ainda maior, a conta também aumenta. Para cada um ponto percentual a mais nessa meta, deve ser adicionado R\$ 1,5 bilhão anuais em investimentos. As contas não se relacionam, por exemplo, com aportes de recursos para energia e comunicações. O próprio Paulo Rezende antecipa que, apenas com dinheiro público, não há a menor chance de o Estado alavancar todos esses recursos.

Obviamente, o governo não tem caixa para arcar nem com a metade destes R\$ 6 bilhões anuais. Talvez, num cenário ideal, 40%. Os outros 60% seriam supridos com parcerias público-privadas [PPPs] e concessões.

Existe interesse para exploração pela iniciativa privada de alguns pontos da infra-estrutura brasileira. A área portuária para PPPs e as rodovias federais para concessões são as de maior atração comercial, mas neste caso o governo precisaria acelerar muito o processo – diz o professor da Fundação Dom Cabral.

O especialista ressalta também que o governo deverá priorizar, em seus investimentos, as áreas que não atraem a iniciativa privada, ou que os benefícios sociais devem ser colocados acima das questões econômicas.

O governo deve agir nas duas frentes, nos investimentos próprios e nas parcerias privadas, sem nenhuma barreira ideológica, simplesmente pensando no mercado e no bem-estar da sociedade. Na primeira das frentes o governo precisa gastar mesmo, e tem que subsidiar: energia e transporte de passageiros. A outra frente é a da privatização e da concessão.

Para Ernesto Carrara Jr., diretor do Departamento de Planejamento de Programas de Infra-Estrutura do Ministério do Planejamento – que controla a implementação do PPI –, o governo federal tem atuado nas duas frentes.

As concessões públicas ainda não avançaram muito porque há

mais de dois anos aguardamos a liberação do Tribunal de Contas da União para o segundo lote [com sete itens] das ofertas. E as parcerias público-privadas, que são um instrumento novo, também vão ser priorizadas a partir do próximo ano – informa.

As PPPs foram aprovadas pelo Congresso no fim de 2004. Elas demoraram a deslanchar na fase inicial por causa da indefinição das regras e da falta de uma normatização jurídica mais clara. Agora, o governo quer que elas sejam um forte instrumento para alavancar obras a partir do ano que vem. Contribuí para isso a decisão, em setembro, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de financiar até 60% (R\$ 684 milhões) da primeira PPP a ser leiloada pelo governo federal, na concessão das rodovias BR-116 (divisa MG-BA) e BR-324 (Feira de Santana-Salvador).

No fim do mês passado, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, participou do lançamento da primeira PPP na modalidade de concessão administrativa, para a construção e operação do centro de dados a ser compartilhado pela Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, em Brasília. O contrato é de cerca de R\$ 800 milhões, em 25 anos.

Bird vê problemas em vários setores

Em um estudo destinado a avaliar o clima para investimentos estrangeiros em três dos chamados países emergentes do planeta – Brasil, Índia e África do Sul –, o Banco Mundial (Bird) listou, em setembro passado, o sistema de transporte e a oferta de energia como dois dos principais problemas para as empresas que desejam se instalar no Brasil. A infra-estrutura deficiente nesses

apresenta um dos mais rápidos caminhos para o país voltar a ser um dos preferidos dos investidores externos. No Brasil e na Índia, particularmente, o estudo relata que uma reforma tributária e uma menor presença do Estado na vida das empresas, aliadas a melhorias na infra-estrutura e na administração pública, muito provavelmente permitiriam um ganho na produtividade dos

Transportes ineficientes e baixa oferta de energia estão entre os gargalos

negócios, com maiores índices de crescimento econômico.

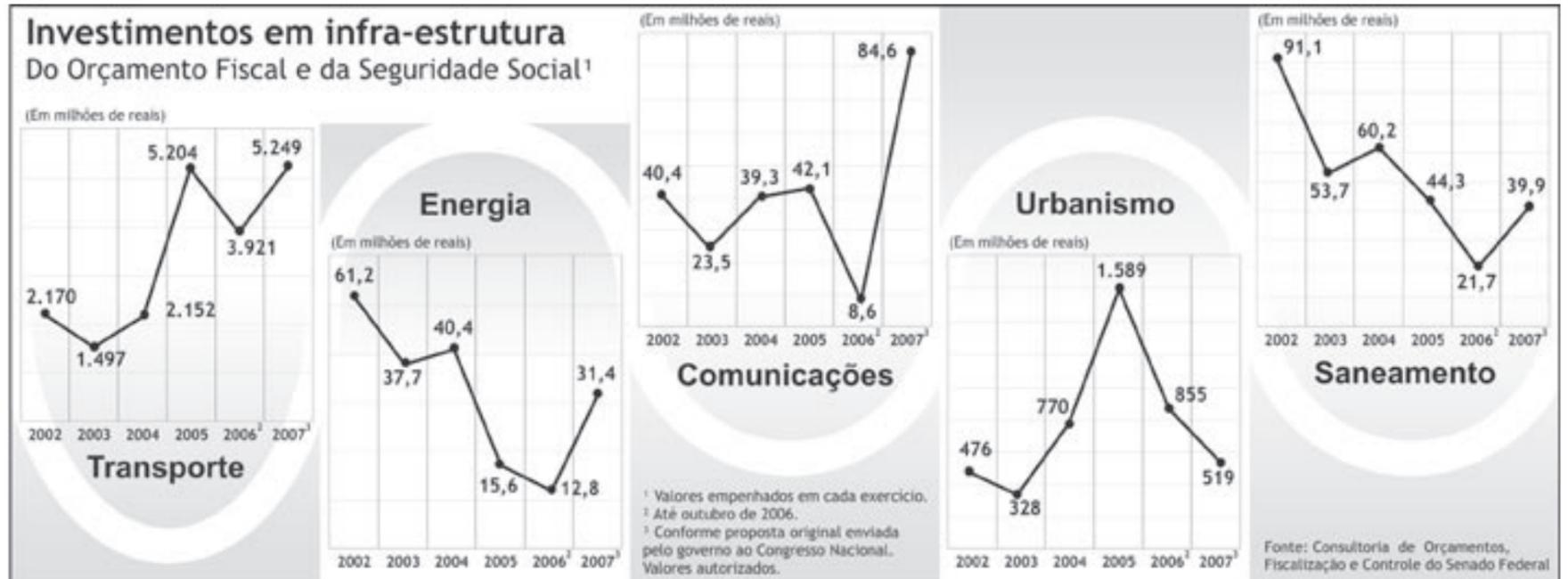
“O custo do transporte de mercadorias até o público consumidor é significativo

o país, conforme o estudo do Bird, em uma posição desvantajosa na disputa global pelos investimentos externos.

“O ônus imposto às empresas no Brasil por fontes não confiáveis de energia parece preocupante, causando maiores atrasos na produção do que falhas em outros serviços públicos”, registra o organismo em sua análise comparativa do Brasil com os dois outros países emergentes.

As análises feitas pelos especialistas demonstram que investir em infra-estrutura re-

no Brasil, representando, na média, um terço dos custos operacionais das empresas. Em sentido amplo, isso é um reflexo das más e cada vez piores condições dos 58 mil quilômetros de rodovias do país, por onde passam 70% dos bens de consumo. Mais de um quarto das estradas se encontram em mau estado de conservação, o que gera para as empresas um gasto anual de meio bilhão de dólares na manutenção dos veículos de carga”, informa o estudo do Banco Mundial.



SERVIÇOS PÚBLICOS Entidades criadas para fiscalizar setores essenciais enfrentam falta de recursos e de estrutura

ANEEL/DIVULGAÇÃO



Fiscal da Aneel em atividade: trabalho das agências reguladoras vem sendo atingido por contingenciamento do orçamento

Agências lutam pela sobrevivência

Contingenciamento do orçamento, atraso na nomeação de diretores, falta de profissionais nos quadros técnicos e embates com o Poder Executivo estão provocando nas agências reguladoras uma situação de enfraquecimento e desestruturação.

No Senado, parlamentares da oposição apresentaram propostas de emenda à Constituição e projetos que visam dar maior independência e força para essas entidades públicas, criadas a partir da década de 90 como órgãos de Estado – e não de governo – para regular e fiscalizar a atuação das empresas privadas que assumiram serviços públicos privatizados.

Na Câmara, está sendo analisado projeto de lei (PL 3.337/04) do Poder Executivo para criar uma Lei Geral das Agências Reguladoras. Tramitando há quase dois anos em comissão especial criada para debatê-la, a proposição cerceia algumas das atuais prerrogativas das agências, como a edição de atos de outorga e de extinção de direito de exploração e celebração dos contratos de concessão de serviços (veja detalhes no quadro ao lado).

O diretor da Associação Brasileira de Agências de Regulação (Abar), Zevi Kann, afirma que os atuais problemas enfrentados pelas agências mostram “um certo descaso do governo”.

– Tudo isso traz descrédito e afeta os investidores que atuam principalmente no setor de infraestrutura, como telecomunicações, petróleo, energia e transporte, e que, quando assumem contratos de gestão, de longo prazo, esperam estabilidade para investir e trabalhar – assinala o diretor da Abar.

Maioria das agências vive a falta de recursos

Enquanto a oposição aponta o esvaziamento das agências, o governo pede mais cautela na análise de seus trabalhos.

– É preciso, antes de tudo, fazer um bom debate no Congresso Nacional para analisar os resultados conseguidos até então pelas agên-

cias. Tenho dúvidas em relação à eficiência, aos interesses e ao controle das agências – observou Flávio Arns (PT-PR). Contudo, o senador petista disse concordar em que recursos e quadro próprios são essenciais para que esses órgãos possam cumprir as metas estabelecidas.

O contingenciamento tem atingido em cheio o trabalho das entidades. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), primeira a ser criada (1996), arrecadou R\$ 270,8 milhões em 2005 e R\$ 255 milhões este ano (até o início de novembro), conforme valores informados pela entidade.

A Aneel teve autorizado em lei um orçamento de R\$ 279,7 milhões para 2006. Mas a realidade foi diferente: apenas R\$ 112,9 milhões foram liberados. O restante, R\$ 166,7 milhões, ou seja, 59%, estão contingenciados.

Segundo órgão regulador a ser criado, em 1997, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) é uma das que mais arrecada: são cerca de R\$ 2 bilhões/ano.

Mas o orçamento da agência é bem diferente. Para 2006, foram solicitados ao governo R\$ 500 milhões, mas somente R\$ 256 milhões foram autorizados em lei, conforme dados da entidade.

Um exemplo do esvaziamento das agências, segundo o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), seria o fato de o “Executivo ter tirado da Agência Nacional de Telecomunicações, a Anatel, o poder de gerir os recursos do Fistel, deixando-o à mercê das idas e vindas da execução orçamentária”.

– Como consequência, a capacidade de fiscalização da Anatel ficou reduzida – completa.

Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), o governo federal não acredita no funcionamento de agências reguladoras.

– Houve um esvaziamento, muitas delas ficaram ou estão sem a diretoria completa há meses, os recursos orçamentários foram cortados e as empresas perderam o poder que têm de regular as concessões de serviços públicos – aponta o senador.

Agências reguladoras e suas funções	Diploma legal	Algumas fontes de receita previstas na legislação
Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica - Regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia.	Lei 9.427/96	Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica, anual, em razão da modalidade e proporcional ao porte do serviço.
Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações - Regular e fiscalizar o setor.	Lei 9.472/97	Taxa de fiscalização de instalação, destinada ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), cobrada das concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência, no momento da emissão da licença para funcionamento das estações, e anualmente, pela fiscalização do funcionamento dessas estações.
ANP - Agência Nacional do Petróleo - Regular, contratar e fiscalizar as atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo.	Lei 9.478/97	Bônus de assinatura do contrato de concessão para exploração de petróleo e gás natural. Royalties. Participação especial na hipótese de grande volume de produção ou de grande rentabilidade dos campos de exploração de petróleo e gás natural. Pagamento pela ocupação ou pela retenção de área.
Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Promover a proteção da saúde da população, por meio do controle sanitário da produção e venda de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, até mesmo dos ambientes, processos, insumos e tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos e fronteiras.	Lei 9.782/99	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária cobrada na realização de atos de competência da agência (registro de alimentos, bebidas, cosméticos; autorização para funcionamento de empresa).
ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar - Regulação, normatização, controle e fiscalização das atividades que garantem a assistência suplementar à saúde. Promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regulando as operadoras setoriais, até mesmo quanto às suas relações com prestadores e consumidores, contribuindo para o desenvolvimento das ações de saúde no país.	Lei 9.961/00	Taxa de Saúde Suplementar, cujo fato gerador é o exercício pela ANS do poder de polícia. São sujeitos passivos as pessoas jurídicas, os condomínios ou consórcios, as cooperativas ou as entidades de autogestão que operem produto, serviço ou contrato com a finalidade de garantir assistência à saúde, visando à assistência médica, hospitalar ou odontológica.
ANA - Agência Nacional de Águas - Implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos.	Lei 9.984/00	Cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União.
Antaq - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Implementar as políticas formuladas pelo Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte e pelo Ministério dos Transportes; regular ou supervisionar a prestação de serviços e exploração da infra-estrutura de transporte aquaviário exercidas por terceiros.	Lei 10.233/01	Taxas de outorgas e de fiscalização da prestação de serviços e de exploração da infra-estrutura.
ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres - O mesmo que a Antaq.	Lei 10.233/01	Taxas de outorgas e de fiscalização da prestação de serviços e de exploração da infra-estrutura.
Ancine - Agência Nacional de Cinema - Regular e fiscalizar a indústria cinematográfica e videofonográfica.	MP 2.281-1/01	Parte do produto da arrecadação da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine)
Anac - Agência Nacional de Aviação Civil - Regular e fiscalizar as atividades de aviação civil e de infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária.	Lei 11.182/05	Taxas pela prestação de serviços ou pelo exercício do poder de polícia, decorrentes de atividades inerentes à sua missão institucional.

Fonte: Estudo “Agências reguladoras: a experiência internacional e a avaliação da proposta de lei geral brasileira”, realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI)

O que dizem as proposições

Número	Resumo da proposta	Situação
PEC 66/05, do senador José Jorge (PFL-PE)	Altera a Constituição para que os senadores possam indicar os membros do conselho diretor ou da diretoria das agências reguladoras, caso o presidente da República não o faça no prazo máximo de 90 dias após a vacância do cargo.	Aguarda votação no Plenário do Senado.
PEC 81/03, do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	Fixa os princípios da atividade regulatória, tornando inconstitucionais as tentativas de minimizar a independência das agências reguladoras. Apresenta dispositivos para a preservação da estabilidade do ambiente regulatório.	Aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.
PLS 19/05, do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA)	Veda o contingenciamento ou qualquer outra forma de limitação das despesas que tenham como fonte de custeio receitas de multas e outras receitas próprias das agências reguladoras das atividades econômicas de geração de energia elétrica, prestação de serviços de telecomunicações, exploração de petróleo e utilização de recursos hídricos.	Aguarda análise da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.
PL 3.337/04, do Poder Executivo	Conhecido como Lei Geral das Agências Reguladoras, o projeto dispõe sobre a gestão, a organização e o controle das agências, propondo uma série de mudanças significativas, entre elas: a transferência do poder de concessão das agências para o Poder Executivo, ou seja, para os ministérios setoriais; a uniformização dos mandatos dos diretores das agências; a ampliação das hipóteses de atos das agências reguladoras nos quais caberia consulta pública antes de sua adoção; a introdução do contrato de gestão entre as agências e os ministérios; e a introdução da obrigatoriedade da figura do ouvidor.	Aguarda votação na Comissão Especial da Câmara dos Deputados

SERVIÇOS PÚBLICOS Relator na Câmara dos Deputados do projeto da Lei Geral espera votar texto até o fim do ano



CÉLIO AZEVEDO



LINDOMAR CRUZ



JOSÉ CRUZ



MOREIRA MARIZ

Para Arns, as agências devem ter menos poder de decisão. Tourinho e Jefferson vêm tentativa de esvaziamento, e Tasso propõe consolidar estabilidade na regulação

Projeto de lei geral: dois anos de polêmica

O projeto da Lei Geral das Agências Reguladoras (PL 3.337/04), do Poder Executivo, que há dois anos está em análise em comissão especial da Câmara dos Deputados, é a mais polêmica entre as proposições que sugerem alterações no funcionamento dessas entidades públicas.

– Pelo menos 90% do texto do substitutivo está pronto, mas ainda existem algumas pendências e sugestões que devem ser analisadas. O projeto ainda pode ser votado este ano e significa uma segurança jurídica para as agências e os setores envolvidos – afirma o relator Leonardo Picciani (PMDB-RJ), que realizará na próxima semana reunião com o governo e seus pares para retomar as discussões.

Apesar de concordar com boa parte do projeto do Executivo, o deputado se diz contrário ao contingenciamento a que estão sendo submetidas as agências.

– A queixa das agências é de que não conseguem desempenhar bem suas funções sem os devidos recursos. Isso realmente não pode acontecer, mas o assunto não deverá ser tratado na Lei Geral, porque é mais uma questão de orçamento – explica o deputado.

A Associação Brasileira de Agências de Regulação (Abar) é contra o projeto e está formulando

do substitutivo para apresentar à Câmara.

– Esse projeto já sofreu muita crítica de toda a sociedade, porque estabelece um controle excessivo sobre as agências, em vez de fortalecer a autonomia financeira, a estrutura e a estabilidade dos mandatos. Essas e outras questões são tratadas de forma insuficiente – assinala o diretor da Abar, Zevi Kann. A associação também não concorda com os contratos de gestão entre agências e ministérios previstos no PL.

– Isso significa perda de autonomia. As agências podem apresentar anualmente sua agenda de trabalho ao Congresso, sem que precisem passar pelos ministérios, e elas podem acatar sugestões do Legislativo – aponta Kann.

Concessões passariam a ser dadas pelos ministérios

Entre os pontos de dissidência, aparecem questões como a quem cabe decidir sobre concessões e expedição de normas para outorgas de exploração de serviços.

Pela nova regra, proposta em substitutivo do relator, essa seria uma incumbência dos ministérios setoriais, que também ficariam responsáveis pela edição dos atos de outorga e de extinção de direito de exploração e celebração de contratos de concessão de serviços.

Contudo, os ministérios poderiam delegar essa tarefa para as agências reguladoras. Na regra vigente, isso já acontece.

– Fica claro que, com a nova regra, há o objetivo de explicitar a divisão de trabalho entre as agências reguladoras e os ministérios setoriais. Aquelas apenas implementariam as políticas públicas definidas pela lei e pelo Poder Executivo – afirmam os consultores do Senado Márcio de Oliveira Júnior e Rafael Silveira e Silva, no estudo “Mudanças no arranjo institucional regulatório”, publicado na *Revista de Informação Legislativa*.

Essa decisão também devolve ao Poder Executivo a atribuição de formular políticas públicas.

Outra preocupação é quanto à estabilidade regulatória, essencial para que haja investimentos nos respectivos setores por parte das empresas reguladas.

– O objetivo da independência era garantir às empresas que não haveria expropriação regulatória, o que estimularia o investimento – explicam os consultores.

Para o senador Flávio Arns (PT-PR), concessões e outorgas não deveriam ser de responsabilidade das agências. “Fiscalizar, orientar, prever e planejar são viáveis para as agências, mas elas não devem ter o poder decisório final”, disse.

Oposição acusa governo de esvaziar agências

Apontada como principal problema das agências reguladoras, a restrição dos recursos para essas entidades públicas está na mira de projeto de lei (PLS 19/05) do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

O projeto veda o contingenciamento ou qualquer outra forma de limitação das despesas que tenham como fonte de custeio receitas de multas e outras receitas próprias das agências reguladoras das atividades econômicas de geração de energia elétrica, prestação de serviços de telecomunicações, exploração de petróleo e utilização de recursos hídricos.

Para Tourinho, o governo tem promovido o esvaziamento das agências reguladoras principalmente por meio do contingenciamento orçamentário.

– Não satisfeito, o governo enviou ao Congresso um projeto que, se aprovado, consolidará o fim da autonomia das agências, afastando ainda mais os capitais privados do setor – criticou.

Pronta para ser votada no Plenário do Senado, a PEC 66/05, do senador José Jorge (PFL-PE), propõe acabar com um dos problemas que mais engessam o trabalho das agências: a demora na indicação de diretores.

Pela proposta, os senadores poderão indicar os membros do conselho diretor ou da diretoria das agências reguladoras, caso o presidente da República não o faça no prazo máximo de 90 dias após a vacância do cargo.

– O presidente Lula demonstra descaso com as agências reguladoras ao deixar de indicar os

substitutos dos diretores, findo o mandato anterior. Além das vacâncias, há uma instabilidade flagrante nos cargos dirigentes – acusa o senador José Jorge, para quem o número reduzido de diretores e conselheiros impede, em muitos casos, deliberações das diretorias e emperra o trabalho.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) é autor da PEC 81/03, que fixa os princípios da atividade regulatória. Mais abrangente, a proposta visa consolidar a estabilidade na regulação.

– Os princípios vêm ao encontro das necessidades brasileiras de atrair e manter o capital produtivo no país, garantindo a expansão dos investimentos de longo prazo na infra-estrutura e nos serviços públicos essenciais – justifica o parlamentar.

Setor industrial teme as mudanças de regras

Uma preocupação é forte no meio industrial: o enfraquecimento das agências reguladoras afasta futuros investimentos nos serviços públicos que hoje estão sob concessão das empresas privadas. A afirmação é do coordenador da Unidade de Competitividade Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Maurício Mendonça.

– A questão da situação jurídica dos contratos é preocupante. Quem irá investir nas concessões, nas parcerias público-privadas [PPPs], se a regra muda a cada semestre? Qual a segurança que tem o investidor? Essa situação é muito ruim para o Brasil – diz o coordenador da CNI.

O especialista também compartilha a idéia de que o contingenciamento “está matando as agências reguladoras”, assim

como a falta de corpo técnico e salários decentes.

– Está havendo uma queda-de-braço. O atual governo não entendeu o papel das agências. Nos baseamos no princípio da autonomia, já que elas são entes de Estado e não de governo, e por isso precisam ter independência. Mas, sem recursos, como podem exercer seu poder de fiscalização? – questiona Maurício Mendonça.

No estudo *Agências reguladoras: a experiência internacional e a avaliação da proposta de lei geral brasileira*, elaborado pela entidade, especialistas apontam alternativas ao projeto do Executivo. Entre as propostas está a de que a lei estipule um mecanismo para evitar que as agências fiquem “acéfalas” em razão de demora, às vezes de meses, no processo de nomeação de seus novos dirigentes.

Experiências internacionais atestam sucesso do modelo

As experiências com agências reguladoras estão difundidas mundialmente, registrando características que se repetem em muitas iniciativas e outras bem próprias de cada administração. Mas esse modelo de entidade consolidou-se definitivamente, segundo Maurício Mendonça, da Confederação Nacional da Indústria.

– O modelo de agência reguladora é vencedor. Não há mais que se falar em período de experiência, já está consolidado – afirma Mendonça.

Ainda segundo o estudo elaborado pela CNI, os primeiros passos para a regulação nos Estados Unidos foram dados no fim do século 19.

“Em contraste com a experiência brasileira, na qual o governo federal teve papel pioneiro, o processo iniciou-se nos estados e desenvolveu-se no plano federal”, aponta o documento.

Em 1887, foi criado o Interstate Commerce Commission, primeiro ente administrativo destinado a tratar exclusivamente das regulações.

O estudo da CNI mostra que

“a idéia geral que norteou a constituição de inúmeras agências reguladoras ao longo do século seguinte nos Estados Unidos foi a de remediar falhas de mercado, em particular o abuso do poder de mercado detido por alguns agentes econômicos”.

Muitas empresas, à época, contestaram junto ao Poder Judiciário o poder e as atividades das agências, que de certa forma passaram a ter inicialmente mais um caráter investigatório. Anos depois, em 1946, foi criada a Lei Geral das Agências (Administrative Procedure Act – APA), que fortaleceu as entidades, com maior transparência e participação da sociedade no processo decisório.

Já na França, foram criadas a partir da década de 70 as Autoridades Administrativas Independentes (AAIs), que não são submetidas ao poder hierárquico do Poder Executivo mas não detêm autonomia financeira. Algumas possuem amplos poderes regulatórios, podendo criar regras e aplicar sanções, enquanto outras exercem apenas consensos.

AVIAÇÃO Acidente com avião da Gol e operação padrão nos aeroportos reacendem debates sobre modelo para o setor



Como deve ser a gestão do transporte aéreo brasileiro? Papel preponderante dos militares é constantemente questionado por especialistas e por controladores de voo

Controle do tráfego aéreo na berlinda

O maior acidente aéreo brasileiro, com o voo 1907 da Gol, expôs problemas na organização do sistema brasileiro de controle de tráfego aéreo, que ficaram mais evidentes com o caos registrado nos aeroportos nas últimas semanas.

Ao realizar uma operação padrão, controladores de voo chamaram atenção para más condições de trabalho, falta de plano de carreira, baixos salários e equipamentos defasados, e reivindicaram a desmilitarização do setor. Este assunto é trazido à tona recorrentemente no setor aeronáutico, como nas discussões que levaram à aprovação, depois de mais de cinco anos, da Lei 11.182/05, que substituiu o Departamento de Aviação Civil (DAC), comandado por militares, pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), implantada em 20 de março passado.

Para buscar soluções, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou requerimento do

senador Heráclito Fortes (PFL-PI) para realização de audiência no dia 21 com o ministro da Defesa, Waldir Pires, e o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Luiz Carlos Bueno. Também foram convidados os presidentes do Sindicato dos Trabalhadores de Proteção ao Voo, Jorge Botelho; da Infraero, brigadeiro José Carlos

Heráclito e Delcídio são contrários a corte de verbas para o setor

Pereira; da Anac, Milton Zuanazzi; e do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, Marco Antônio Bologna.

O contingenciamento de recursos é o principal problema para Heráclito, relator do projeto de criação da Anac na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Segundo ele, assegurar os meios para garantir eficiência vem antes da discussão se o sistema deve ser civil ou militar.

Mostrando dados do site Contas Abertas (www.contasabertas.com.br), Heráclito reclamou que pouco mais da metade dos R\$ 531,7 milhões destinados no Orçamento de 2006 para o Programa de Proteção ao Voo e Segurança do Tráfego

Aéreo foram executados.

Opinião parecida tem o senador Delcídio Amaral (PT-MS), relator da lei que criou a Anac na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Para ele, áreas sensíveis não podem ter contingenciamentos. Torná-las vulneráveis, continuou, significa colocar vidas em risco.

Para 2007, o relator do Orçamento, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), já declarou que vai pedir aumento de verbas. A proposta do governo prevê R\$ 489,1 milhões para o próximo ano, valor inferior ao de 2006.

Heráclito considera um equívoco tratar da desmilitarização do controle do tráfego aéreo no momento de crise. Ele sugere que, se houver mudanças, deve ser previsto, a exemplo do que acontece com a Anac, um período de transição entre os modelos.

Delcídio considera que os militares fazem um trabalho exemplar, mas a tendência natural é transferir o controle de vôos para civis. Para sair da crise, ele sugere aumento do efetivo e política salarial e carreira condizentes com as responsabilidades dos controladores de voo.

Modelo brasileiro é visto como superado

Especialistas na área de transporte aéreo apontam que o modelo brasileiro, em que os militares têm papel preponderante no controle do tráfego aéreo, está há muito superado na maior parte dos países. Tanto nos Estados Unidos quanto na Europa ou na Nova Zelândia, afirmam, o modelo de gestão é civil e a discussão se concentra na forma como o Estado deve prover esse serviço: se diretamente ou por concessão à iniciativa privada, como acontece no Reino Unido.

O consultor da área de transportes da Câmara, Sandro Gonçalves, explica que o fato de o controle do tráfego aéreo estar nas mãos dos militares se deve a uma questão histórica, quando havia compartilhamento de aeroportos. Porém, levando em conta a experiência internacional, ele acredita que manter o setor nas

mãos dos militares com justificativa na questão da defesa “não faz mais tanto sentido hoje”.

O professor da Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto (SP) Guilherme Lohmann, especialista em transporte aéreo, julga a situação atual uma “aberração”.

– O Ministério dos Transportes lida com todo tipo de transportes, menos o aéreo. Colocar um militar para controlar avião de ponte aérea não faz o menor sentido. É como colocar o Exército para tomar conta do transporte de ônibus interurbanos – compara.

A situação atual, diz Lohmann, em que civis e militares trabalham juntos, leva a problemas salariais e hierárquicos. O especialista considera sem cabimento a sugestão aventada na semana passada – de manter o controle de tráfego aéreo próximo dos aeroportos com civis e o controle

em grandes altitudes (de responsabilidade do Cindacta) nas mãos de militares.

Para ele, a solução passa pelo desmembramento das funções em dois sistemas diferentes, mas interligados: o controle do tráfego aéreo comercial e privado ficaria com civis e a defesa do espaço aéreo nacional, com os militares, como é o caso do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Esse é o caso da maioria dos países, como Estados Unidos, Reino Unido e Nova Zelândia.

O professor adverte que, em determinados casos, como no atentado às torres gêmeas do World Trade Center, nos EUA, o uso civil do espaço aéreo pode dar margem a questões de segurança nacional. Para casos como esses, ele sustenta que basta estabelecer canais de comunicação entre os sistemas.

Para especialistas, crise revela disputa pelo poder

Tanto Lohmann quanto Gonçalves consideram que a discussão da gestão dos militares sobre o tráfego aéreo se deve hoje a uma disputa de poder. Os militares, dizem, não querem abrir mão da gestão do Fundo Aeronáutico, composto por taxas cobradas, por exemplo, de passageiros e empresas aéreas, que hoje possui um saldo de R\$ 1,9 bilhão, segundo a ONG Contas Abertas.

– Não há questões técnicas sendo discutidas nessa disputa que é de poder. A atividade fim da Aeronáutica [defender o espaço aéreo nacional]

“Os militares querem manter acesso ao Fundo Aeroaviário”, diz Lohmann

fica em segundo plano por não prover receitas. Sem elas, os militares tornam-se dependentes do orçamento e sem a reserva de mercado – diz o professor da USP.

Os dois especialistas também concordam que a desmilitarização do setor não deve acontecer em curto prazo. Lohmann acredita que a lentidão desse “processo gradual” se deve ainda ao medo de repressão que os militares legaram quando estavam no poder. Já Gonçalves reconhece que há semelhança entre o setor aéreo e, por exemplo, outras áreas, como rodovias e a operação do sistema de energia elétrica, que já foram concedidos para o setor privado. Ainda assim, ele não acredita em uma mudança rápida.

– Passar de uma estrutura militar para outra, privatizada,

é um salto muito grande. Nesse momento, não vejo a menor condição desse tipo de iniciativa prosperar. Há uma resistência cultural para que a iniciativa privada atue em alguns setores – pondera o consultor da Câmara.

Já Lohmann critica inclusive o limite de 20% ao capital estrangeiro em empresas aéreas. Para ele, esse percentual deveria subir para 49%.

– Se em setores importantíssimos como alimentos e medicamentos há multinacionais, por que no transporte aéreo não poderia haver? – questiona

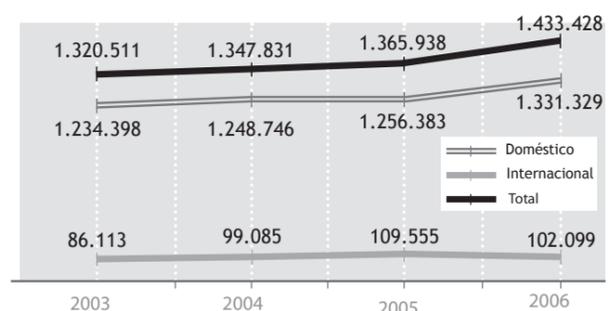
o professor da USP, que sugere “desregulamentação e competição” em vez de proteção, inclusive para fomentar o turismo.

A Anac é fruto desse modelo vislumbrado pelos especialistas. Em seu site na internet, a agência expõe que sua estrutura administrativa “segue uma tendência mundial. Ela possui uma estrutura administrativa que representa a primeira inovação em relação ao modelo legal anterior que disciplinava a atividade do Departamento de Aviação Civil (DAC), subordinado ao Comando da Aeronáutica, órgão militar da estrutura do Ministério da Defesa”.

No site, a agência reafirma seu caráter civil e diz que 20% dos servidores militares “devem voltar para a Força Aérea a cada ano, no prazo de cinco anos”.

Número de pousos e decolagens nos aeroportos brasileiros

Enquanto o movimento nos aeroportos aumentou 8,5%, número de controladores por equipe caiu de onze para nove



Obs.: Não inclui vôos militares. Para cada ano, foi considerado o período de janeiro a setembro, para facilitar a comparação com os dados disponíveis para 2006.

Fonte: Infraero

AVIAÇÃO Qualquer alteração no sistema depende de revisão da lei complementar que criou Ministério da Defesa

Mudança no modelo requer decisão política

De acordo com a orientação do Comando Militar da Aeronáutica, o assessor parlamentar da Aeronáutica no Congresso Nacional, brigadeiro Átila Maia, afirmou que qualquer decisão acerca da mudança do modelo de gestão do controle de tráfego aéreo no Brasil deve ser política, tomada pelo governo federal e pelo Legislativo.

Segundo ele, a área técnica responsável pelo setor na Aeronáutica, comandada pelo tenente-brigadeiro Paulo Roberto Vilarinho, diretor do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), vai assessorar o governo em qualquer decisão a respeito visando aperfeiçoar a

segurança dos vôos no país. Foi Vilarinho quem defendeu o controle aéreo brasileiro no início de outubro, quando o jornalista do *The New York Times* que estava a bordo do avião Legacy que se chocou com o vôo 1907 da Gol criticou o controle aéreo brasileiro.

Átila Maia concedeu a entrevista ao **Jornal do Senado** enquanto acompanhava um grupo de 46 deputados e dois senadores a uma visita ao Cindacta 1, em Brasília, e, em seguida, ao Sivam, em Manaus. Segundo ele, a visita estava programada há quatro meses e não tem qualquer relação com o acidente com o avião da Gol ou com a operação padrão nos aeroportos.

A visita dos parlamentares, entre eles os senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Augusto Botelho (PDT-RR), tem como objetivo conhecer mais sobre a Força Aérea Brasileira para, assim, agilizar a aprovação de projetos de interesse da Aeronáutica, inclusive no que diz respeito a matérias orçamentárias.

De acordo com Jonas Pinheiro, a viagem a convite da Força Aérea incluiria ainda uma visita à base aérea da Serra do Cachimbo, no Pará, onde o Legacy que se chocou com o avião da Gol fez uma aterrissagem de emergência. Porém, essa escala foi suspensa. O senador disse que, no Cindacta 1, assistiu a uma exibição com aviões Mirage e teve condições de ver os equipamentos e ter uma noção do que é necessário incluir no Orçamento de 2007.

Aeronáutica levou 48 parlamentares para conhecer o Cindacta

Privatização foi vetada na Alemanha

O controle do tráfego da aviação comercial e particular na Alemanha é comandado por civis, reunidos na Companhia Alemã de Segurança de Vôo (DFS), uma empresa estatal. Lá, a polêmica é outra: no final de outubro, o presidente Horst Köhler vetou a lei que permitia que o governo alemão vendesse até 74,9% das ações da DFS, que emprega 5,3 mil pessoas, 1,8 mil delas controladores de vôo.

A lei vetada foi aprovada por ampla maioria no Parlamento, mas o presidente argumentou que o texto era inconstitucional. Segundo ele, a Constituição alemã determina que o governo deve manter a soberania em assuntos de segurança pública. Essa foi a primeira vez que o

presidente – figura geralmente decorativa e ausente dos debates políticos – exerceu seu poder de veto.

Sindicatos, pequenos proprietários e setores contrários a privatizações comemoraram a atitude do presidente. Porém, para aqueles favoráveis ao projeto aprovado, seria importante acabar com as fronteiras aéreas entre os países que compõem a União Européia. A Inglaterra, por exemplo, foi uma das primeiras a privatizar o controle de tráfego aéreo, como parte da reforma britânica nos aeroportos. A discussão, porém, ainda não

terminou na Alemanha.

Foi sobre o espaço aéreo do país que ocorreu um choque entre duas aeronaves em julho de 2002, similar ao que levou à queda do vôo 1907 da Gol, no Brasil, em setembro passado. O choque entre um Tupolev russo e um Boeing 757 de uma empresa de transporte de encomendas ocorreu a mais de 33 mil pés de altitude e deixou 71 mortos, entre eles 52 crianças russas a caminho das férias na Espanha. O acidente foi atribuído à falha de um controlador de vôo.

(Com agência Deutsche Welle)

Constituição prega soberania do governo em questões de segurança



Caos nos aeroportos: passageiros enfrentam grandes atrasos nos vôos, resultado da operação padrão realizada pelos controladores

Lei mantém com militares o controle da navegação aérea

Durante os mais de cinco anos de tramitação do projeto que levou à criação da Anac, foi levantada a possibilidade de incluir o controle do tráfego aéreo entre as atribuições da nova agência. Porém, a medida foi descartada, já que a Lei Complementar 97/99, que criou o Ministério da Defesa e definiu as atribuições subsidiárias das Forças Armadas, estabelece, em seu artigo 18, que “cabe à Aeronáutica prover a segurança da navegação aérea”. A responsabilidade por essa atribuição não foi transferida à Anac.

A lei lançou as bases para a criação da agência transferindo para a sua alçada a orientação,

a coordenação e o controle das atividades de aviação civil, além do equipamento e operação da infra-estrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária.

Foi essa a divisão prevista na lei entre o que continuou sob responsabilidade dos militares e o que foi transferido para civis.

– O tráfego aéreo está reservado à Aeronáutica. Não será possível incorporar essa atividade à Anac. Sem contar as questões de mérito, é preciso primeiro promover alteração na lei para que a atividade não seja mais privativa dos militares da Aeronáutica – afirma o consultor da área de transportes da Câmara, Sandro Gonçalves.

Comissão discute apoio às famílias das vítimas do acidente com avião da Gol

A Gol está discutindo os termos da indenização às famílias das vítimas do acidente com o Boeing 737-800, no vôo 1907, de forma direta e isolada com os familiares dos passageiros que morreram na queda do avião, ocorrida no dia 29 de setembro em Mato Grosso. A afirmação foi feita na

quinta-feira pela representante da empresa, Carla Coelho, em audiência na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A comissão decidiu acompanhar as investigações do acidente, por meio de proposta de fiscalização e controle apresentada pelo se-

nador Aelton Freitas (PL-MG) e aprovada pelo colegiado.

– A Gol tem as suas responsabilidades definidas e elas serão cumpridas. Algumas famílias entendem que esse não é o momento de discutir esse assunto. Outras famílias pensam o contrário e nos procuraram para dizer

que não se consideram representadas pelos comitês de familiares – afirmou Carla Coelho.

Presente à audiência, Eulália Machado de Carvalho, viúva de Luís Antônio Carvalho, uma das vítimas da queda do avião, cobrou da Gol a formalização por escrito das propostas de indenização.

Em resposta, a representante da Gol prometeu encaminhar pessoalmente a demanda à direção da empresa aérea.

O debate também contou com a participação do conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e especialista em Direito Civil Jorge Amaury Maia Nunes. Ele disse que os parentes das vítimas do vôo 1907 que irão receber o seguro obrigatório precisam ter cautela no momento da assinatura dos acordos de indenização, pois até o momento a Gol detém apenas a responsabilidade objetiva pelo acidente, independentemente da ocorrência de culpa pela queda do avião.

– Existe a responsabilidade objetiva e a responsabilidade por dolo ou culpa. Os motivos do acidente ainda estão sendo apurados. O Código Brasileiro de Aeronáutica diz que quem paga o seguro isenta-se de responsabilidade. Qualquer recibo tem que ser lavrado com muita cautela no sentido de que quem receba o seguro não fique impedido de recorrer à reparação integral pelo dano. Mas o Superior Tribunal de Justiça já deliberou que o pagamento do seguro não impede a pessoa de ir a juízo buscar o que acha devido – concluiu.

Ao final da audiência, os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Ney Suassuna (PMDB-PB) defenderam investimentos em programas que propiciem plena segurança de vôo em todas as regiões do país. De acordo com o presidente da CMA, Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), a comissão promoverá outros debates para acompanhar as investigações sobre o acidente.



Amaury (E), conselheiro da OAB, Arns e Quintanilha ouvem Carla Coelho, representante da Gol

COMISSÕES



Entre os senadores Luiz Otávio e Antonio Carlos Magalhães, advogado Frazão do Couto (C) fala à CCJ

Projeto aperta cerco à pedofilia na internet

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer favorável a projeto de lei que modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente para criminalizar a aquisição de material pornográfico ou que contenha cenas de sexo explícito envolvendo criança e adolescente. Esse projeto (PLS 109/04) será examinado, a partir de agora, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde rece-

berá decisão terminativa.

De autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), o projeto foi relatado pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e adiciona ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) a punição para quem adquire material pornográfico envolvendo crianças ou adolescentes, inclusive por meio da internet, e prevê a obrigação de os provedores do sítio no qual foi adquirido o material comunicar o fato ao Ministério

Público.

– É preciso que todos tenham a preocupação constante para que materiais pornográficos não tenham o respaldo da “outra ponta”, daqueles que recebem a informação, existindo ou não a intenção de divulgação ou de comercialização. Dessa forma, o projeto pretende quebrar a corrente que usa a internet como meio de propagação desses materiais pornográficos – afirmou Maria do Carmo Alves.

Mais rapidez no processo de execução

A CCJ aprovou parecer favorável a projeto do Executivo que altera dispositivos do Código de Processo Civil (Lei 5.869/73) relativos ao processo de execução e outras matérias. Segundo o relator Fernando Bezerra (PTB-RN), a proposta modifica 68 artigos do Código de Processo Civil, que reúnem um total de 262 dispositivos da legislação, além de alterar o nome de cinco capítulos, seções e subseções e revogar mais uma. O projeto ainda será votado pelo Plenário.

O senador disse que o projeto (PLC 51/06) pretende, juntamente com a Lei de Recuperação das Empresas, inaugurar um novo marco jurídico para a cobrança de dívidas no país, favorecendo a concessão de crédito, estimulando a circulação da riqueza e inibindo “o famigerado *spread* bancário” (diferença entre o que o banco paga como rendimento e o que

ele cobra para emprestar dinheiro).

Observou ainda que o projeto aumenta os poderes atribuídos ao oficial de justiça; acrescenta nova modalidade de expropriação dos bens do executado, que é a alienação por iniciativa particular; e atualiza a ordem de preferência dos bens que se submetem à penhora, entre outras inovações.

Quanto ao mérito, a proposta traz algumas alterações que, de acordo com o relator, revolucionarão o processo de execução civil, à medida que refletirão positiva e imediatamente nas relações civis e comerciais celebradas no dia-a-dia dos brasileiros. Segundo Fernando Bezerra, a concessão de maiores poderes ao oficial de justiça e a outorga de poder para que o próprio advogado declare, para fins processuais, a autenticidade de cópias reprográficas de peças do processo são proposições que vêm em boa hora.

Cédulas podem ter código para deficiente visual

O dinheiro confeccionado em papel-moeda poderá conter um mecanismo que possibilite às pessoas com deficiência visual identificar o seu valor. É o que determina substitutivo da senadora Fátima Cleide (PT-RO) a projeto de lei do senador Paulo Octávio (PFL-DF) aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A matéria segue agora para análise do Plenário.

O projeto de lei complementar de Paulo Octávio (PLP 90/03) determinava que a diferenciação das notas seria pelo tamanho. Mas a relatora entendeu que a providência poderia acarretar problemas técnicos na confecção das notas pela Casa da Moeda, além da possibilidade de falsificação das cédulas.

O senador Flávio Arns (PT-PR) observou que a medida, caso seja transformada em lei, irá beneficiar mais de 24 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência visual. O presidente da CDH, senador Cristovam Buarque (PT-DF), também enalteceu a

aprovação do projeto e informou que irá levar pessoalmente a decisão do colegiado ao senador Paulo Octávio e cumprimentá-lo pela apresentação da proposta.

A CDH também aprovou requerimento de Flávio Arns para a realização de audiência pública destinada a discutir a situação das famílias abandonadas por brasileiros descendentes de japoneses que saem de sua terra natal para trabalhar no Japão, os chamados *dekasseguis*.

Flávio Arns informou que milhares de *dekasseguis* passam por sérias dificuldades. Por isso, defende medidas para amenizar a situação daqueles brasileiros no Japão, incluindo a regularização para que possam trabalhar e estudar com a necessária tranquilidade. Atualmente, de acordo com levantamentos técnicos, cerca de 270 mil brasileiros vivem no Japão.

A data da audiência ainda será marcada e a reunião será feita em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CRE).

Estudantes pedem retirada de projeto das universidades

Estudantes de centros acadêmicos, diretórios centrais de estudantes e da União Estadual dos Estudantes reuniram-se com o presidente da Comissão de Educação (CE), senador Wellington Salgado (PMDB-MG), para reivindicar a retirada de pauta do Projeto de Lei 7.200/06. Eles vieram como representantes da Caravana a Brasília pela Retirada do Projeto de Reforma Universitária, realizada na quarta-feira por 62 entidades de todo o país.

O projeto, quarta proposta de reforma enviada pelo Executivo ao Congresso, ainda tramita na Câmara dos Deputados. Wellington lembrou que as outras versões de reforma foram amplamente discutidas no Senado e disse aos estudantes que poderia encaminhar suas propostas, sem, no entanto, comprometer-se com o pedido de retirada do projeto.

CCJ aprova novo membro para Conselho do MP

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, por 16 votos favoráveis e uma abstenção, a indicação do advogado Sérgio Alberto Frazão do Couto para membro do Conselho Nacional do Ministério Público. Frazão do Couto vai ocupar a vaga decorrente da renúncia ao mandato formulada pelo advogado Luiz Carlos Lopes Madeira. O relator da matéria, que ainda será votada pelo Plenário, foi o senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

Nascido em Belém (PA), Frazão do Couto tem vasto currículo, apresentado pelo relator, com atividades acadêmicas, ciclo de conferências nacionais e internacionais, medalhas, honrarias e cargos ocupados ao longo da vida. O advogado disse que estava honrado em falar aos senadores da CCJ como representante da OAB e prometeu trabalhar para melhorar, cada vez mais, a atuação do Ministério Público.

Membro do Ministério Público em Goiás, o senador Demostenes Torres (PFL), primeiro a falar durante a sabatina, comentou que há falta de agilidade do Judiciário e encalhe de processos. Frazão do Couto respondeu que o país tem uma das melhores magistraturas e ministérios públicos do mundo, e que o problema é a atividade-meio, pois faltam recursos e pessoal.

O presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), discordou, observando que o advogado devia estar muito entusiasmado, pois ele, como político, conhece vários tribunais que não honram a Justiça e não cumprem rigorosamente sua função.

Frazão do Couto respondeu a

Antonio Carlos que, muitas vezes, por cautela, “a gente não diz as coisas”. Disse que Antonio Carlos tinha razão e que suas observações o comoviam. Acrescentou ainda que quando um magistrado comete um deslize coloca em risco toda a magistratura.

Outro assunto abordado na sabatina foi a atuação do Ministério Público, especialmente de integrantes mais jovens, considerada intempestiva por alguns parlamentares. O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) citou o caso recente de um procurador em São Paulo que determinou o fechamento de uma igreja, alegando haver indícios de enriquecimento ilícito de seu líder religioso.

Para o senador, existem somente indícios de crime e o procurador determinou o fechamento do templo, prejudicando milhares de fiéis.

– Isso assusta a todos os democratas. É falta de moderação. Não se pode esperar decisões seguras da falta de moderação – disse Crivella, fazendo apelo a Frazão do Couto para que ele seja uma “voz de moderação e sabedoria” na instituição.

O senador Magno Malta (PL-ES) associou-se a Crivella, afirmando que é preciso mais racionalidade por parte de alguns membros do Ministério Público. Mas reconheceu o trabalho importante que o MP desempenha e disse que, sem a instituição, a CPI do Narcotráfico da Câmara dos Deputados não teria chegado a um bom resultado em sua investigação.

Também participaram dos debates os senadores Jefferson Péres (PDT-AM), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e João Batista Motta (PSDB-ES).

Senadores da CRE acolhem quatro acordos internacionais

Quatro acordos internacionais receberam parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e serão agora examinados pelo Plenário, em regime de urgência. Entre eles, o acordo de cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e a União Européia (PDL 415/06), firmado em janeiro de 2004.

O acordo, que teve como relator Eduardo Azeredo (PSDB-MG), estabelece a cooperação em áreas como biotecnologia, tecnologia da informação, bioinformática e aeronáutica.

Os outros acordos aprovados foram o texto da Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais (PDL 413/06), o acordo com a Índia de Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa (PDL 414/06) e o novo acordo sobre Serviços Aéreos entre o Brasil e Portugal (PDL 416/06).

Solidariedade aos imigrantes e críticas aos Estados Unidos

A CRE aprovou voto de solidariedade a “todos os que sofrem perseguições em virtude de sua condição de imigrante” e aos “valores democráticos e liberdades defendidos pelos pais fundadores da nação estadunidense”, que estariam ameaçados por medidas “arbitrárias” adotadas pelo governo norte-americano “sob a égide das necessidades de segurança”.

A decisão foi uma resposta a medidas como a ampliação do muro entre os EUA e o México, o aumento de efetivos militares na fronteira e o uso de sofisticadas técnicas de patrulhamento para deter o fluxo migratório.

A iniciativa partiu do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Mas o texto aprovado foi um substitutivo elaborado pelo relator da matéria e presidente da comissão, Roberto Saturnino (PT-RJ). Os textos serão enviados ao embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Clifford Sobel.

ORÇAMENTO Acordo costurado por Raupp flexibiliza critérios para repasses de recursos federais a entidades privadas

Relator cede para aprovar parecer

Em mais uma tentativa de fazer avançar a tramitação do projeto da lei orçamentária de 2007, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) costurou acordo com lideranças partidárias na Comissão Mista de Orçamento (CMO) para remover alguns dos entraves que impediam a votação do seu parecer preliminar, agendada para esta segunda-feira, às 19h. A negociação flexibilizou os critérios para os repasses de recursos federais a entidades privadas.

A CPI dos Sanguessugas recomendou controles rígidos, que haviam sido encampados por Raupp. Pelo texto original do seu parecer, nenhum deputado ou senador poderá usar emenda para destinar verbas a entidades privadas, entre elas organizações

não-governamentais dirigidas ou que empreguem parentes em até terceiro grau do parlamentar, do governador ou do prefeito. Por pressão dos congressistas, essa exigência foi abrandada. Agora só não poderá receber dinheiro a entidade que contar entre seus dirigentes o próprio parlamentar ou seu cônjuge.

O argumento, segundo Raupp, é que boa parte das santas casas de misericórdia do interior têm entre seus dirigentes ou funcionários parentes de deputados e prefeitos. Para o relator, a exigência era severa demais e afetaria o atendimento médico de populações pobres. O acordo entre os líderes também eliminou o valor mínimo de R\$ 150 mil para cada emenda individual e assegurou o mesmo

montante desse ano, de R\$ 5,2 bilhões, para ressarcir os estados que concedem benefícios fiscais a empresas exportadoras.

Mesmo assim, ainda não há segurança de que o processo orçamentário deslanche esta semana, com a aprovação do parecer e a abertura do prazo para apresentação de emendas após o feriado do dia 15 de novembro.

Os secretários estaduais de Fazenda, por exemplo, analisarão a decisão do relator de garantir mais R\$ 1,3 bilhão para compensar as isenções do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as exportações. Só então decidirão se recorrem ou não aos governadores para que eles pressionem diretamente o presidente Lula e o Congresso. (Ver matéria abaixo.)

Outra dúvida é sobre o valor que Raupp poderá contar tanto para ressarcir os estados (conforme a Lei Kandir) quanto para atender as emendas coletivas. Os consultores de orçamento devem entregar ao relator, provavelmente

nesta semana, os primeiros cálculos sobre a arrecadação federal estimada para o próximo exercício. Ele já dimensionou necessidade imediata de pelo menos R\$ 9,1 bilhões, dos quais R\$ 7,8 bilhões seriam para repetir o mesmo valor autorizado para as emendas coletivas no Orçamento

de 2006 e o restante para compensar as isenções de ICMS.

Mas há buracos nas previsões orçamentárias que os consultores ainda não avaliaram. Uma delas é o impacto da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, cujo texto que retorna à Câmara foi aprovado no Senado na última quarta-feira, envolvendo renúncia fiscal de R\$ 2,6 bilhões, pelos cálculos da Receita Federal. O projeto orçamentário do Executivo, conforme os consultores, não incluiu essa perda fiscal.

Outro exemplo é a receita superestimada dos royalties pagos pela Petrobras. O governo refez sua previsão sobre o preço do barril do petróleo em 2007 para US\$ 63,97, substituindo a pro-

jeção inicial de US\$ 75,34. Mas não corrigiu o valor que a União deve receber com esses royalties, orçado em R\$ 8,92 bilhões na proposta do Executivo. Segundo avaliação preliminar dos consultores, a revisão do preço deve acarretar perda de pelo menos R\$ 1 bilhão nos royalties pagos à União.

Nesse rearranjo para fechar as brechas no Orçamento, o relator já descartou a manutenção do redutor de 0,1% do produto interno bruto (PIB) nos gastos correntes, como prevê o relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovado na CMO. Raupp calcula que, se não for eliminado do texto, esse dispositivo vai impor um corte de R\$ 5,2 bilhões nas despesas. Jucá reiterou que já há acerto para suprimir o dispositivo.

Mas o governo deve anunciar nos próximos dias um pacote fiscal para desonerar os investimentos e impulsionar o crescimento da economia a partir de 2007. Uma das medidas em estudo é exatamente colocar um redutor ainda maior, de 0,2% do PIB, sobre as despesas correntes, por um período de dez anos.

Entidade dirigida por parlamentar ou seu cônjuge não terá verba

Estados devem pedir mais dinheiro a Lula

O acordo entre as lideranças partidárias para assegurar a complementação de R\$ 1,3 bilhão no Orçamento de 2007, alcançando assim o mesmo montante concedido para ressarcir os estados exportadores este ano, no total de R\$ 5,2 bilhões, não deve evitar que os governadores coloquem o tema na pauta de discussões com o presidente Lula, em reunião que ainda será agendada.

O primeiro sinal de que o assunto será tratado na reunião com Lula foi dado pela coordenadora do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Lina Vieira. Ela informou ao **Jornal do Senado** que os secretários de Fazenda devem se reunir nesta semana para avaliar o acordo firmado pelo

senador Valdir Raupp (PMDB-RO) com as lideranças partidárias na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e decidir o pleito a ser recomendado aos governadores.

– Os R\$ 5,2 bilhões não atendem o que os estados querem. Mas já é um passo – disse Lina.

Ela reiterou que os estados já abriram mão de 50% do que teriam a receber de restituições do Tesouro, por causa da política de estímulo às exportações, para tentar acertar as pendências da Lei Kandir. Os entendimentos com o governo, acrescentou, sobre a regulamentação definitiva do fundo que compensará as isenções estaduais de ICMS, estacionaram após divergências sobre a proposta do Ministério da Fazenda.

Lina lembrou que a estratégia dos secretários foi buscar apoio do Congresso, onde tramitam dois projetos, um da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e outro do deputado Sandro Mabel (PL-GO). O valor pedido para ressarcir os estados em 2007, segundo ela, é de R\$ 8,3 bilhões. Muito acima do montante assegurado pelo relator do Orçamento após pressão do PSDB, que irá governar seis estados a partir de 2007, inclusive São Paulo, que abocanha a maior fatia dos repasses da Lei Kandir.

Outra demanda dos secretários será a antecipação de 31 para 20 de dezembro do pagamento da última parcela dos recursos federais para o fomento às exportações, no valor de R\$ 432,5 milhões.



Raupp com o deputado Lael Varella, da Comissão de Orçamento: processo orçamentário não deve deslanchar nesta semana

SALÁRIO MÍNIMO

Paim desiste de regra para aposentadoria

A elaboração de proposta para fixar a idade mínima para as aposentadorias do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) ficará a cargo do Executivo. Essa decisão foi tomada pela Comissão Especial do Salário Mínimo, depois que centrais sindicais e membros de confederações de trabalhadores reuniram-se com o senador Paulo Paim (PT-RS), na última terça-feira.

Apesar do apoio ao seu relatório, que recomenda a elevação do mínimo para R\$ 400 em 2007, entre outras medidas, as entidades sindicais rejeitaram a proposta de Paim de adotar de forma gradual, ao longo de 27 anos, os mesmos limites exigidos para aposentadorias no serviço público – de 55 anos para as mulheres e de 60 para os homens. Segundo Paim, o movimento sindical quer pressionar por melhores condições

aos aposentados do setor privado e não daria qualquer respaldo no Congresso à sua proposta de emenda à Constituição (PEC).

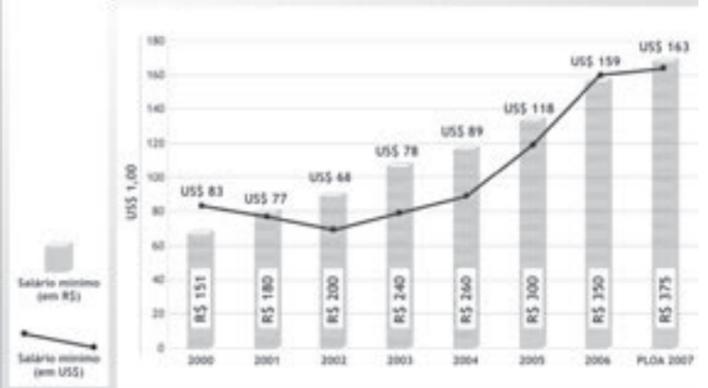
A comissão aprovou o relatório de Paim na última quarta-feira, com a sugestão de que o piso salarial do país seja atualizado pela inflação integral verificado no período, acrescido de no mínimo o dobro da variação real do produto interno bruto (PIB) do ano anterior. Também há a recomendação de que não só os benefícios pagos pelo INSS equivalentes a um salário mínimo – cerca de dois terços das aposentadorias e pensões do RGPS –, mas inclusive os que estão acima desse patamar, tenham a mesma correção.

Embora o relator do Orçamento para 2007, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), tenha informado que o governo manterá o valor de R\$ 375 para o salário mínimo do

próximo ano, incluído na proposta orçamentária que o Executivo encaminhou ao Congresso, as centrais sindicais, reunidas em São Paulo na última quinta-feira, decidiram reivindicar um aumento para R\$ 420 no lugar dos atuais R\$ 350. O valor embutiria reajuste de 20%, superando o aumento concedido em 2006 de 16,6%.

Raupp já avisou que restrições orçamentárias impedem reajuste do salário mínimo superior a R\$ 375, que estaria inclusive acima da regra estipulada pela LDO (INPC de abril de 2006 a março de 2007, acrescido da variação real do PIB *per capita*), ainda pendente de aprovação no Congresso. Conforme os consultores de orçamento, a aplicação da regra projetaria um piso entre R\$ 365 e R\$ 368, dependendo do crescimento da economia neste ano, de 3% ou 3,7%, respectivamente.

Evolução do salário mínimo



O deputado Walter Barelle e os senadores Paim e Zambiasi na sessão em que foi aprovado relatório fixando mínimo de R\$ 400

INTERNET Proposta que obriga identificação de usuário pelo provedor de acesso é retirada da pauta da CCJ

FOTOS: ROOSEVELT PINHEIRO



Azeredo quer mais controle na internet, o que enfrenta restrição de Almeida Lima; Tião Viana observa que foi dado primeiro passo, enquanto ACM sugere maior análise

Controle na rede levanta polêmica

Depois de causar muita polêmica envolvendo governo, advogados, empresários do ramo de tecnologia e o próprio Congresso, foi retirado da pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o projeto substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que trata de crimes na internet e obriga a identificação dos usuários pelos provedores de acesso. O presidente da comissão, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), conversou com Azeredo e decidiu adiar a votação. Originalmente prevista para quarta-feira passada, a

análise do texto na CCJ não tem nova data marcada.

O projeto em questão é um substitutivo que Azeredo apresentou como relator de três projetos – PLSs 76/00 e 137/00 e PLC 89/03 – que tratam do assunto, apresentados nos últimos seis anos pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, por Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) e pelo deputado Luiz Piauhyllino (PDT-PE).

O texto de Azeredo prevê prisão de um a quatro anos para quem cometer delitos como a difusão de vírus digital, uso de cartão clonado e roubo de se-

nhas. A proposta obriga ainda os provedores de internet a exigir identificação de todas as pessoas ao assinarem contrato para uso da rede. Tais provedores terão de arquivar por três anos todos os acessos e conteúdo postado pelos internautas.

Questionado por jornalistas, Renan falou sobre a necessidade de uma legislação que coíba os crimes praticados por meio da internet. Segundo ele, existe “um vazio na legislação brasileira” quanto a crimes dessa natureza. Por isso, a Justiça estaria recorrendo ao Estatuto da Criança e do Adolescente para combater

alguns delitos praticados na rede. Mas Renan ressaltou que a legislação deve respeitar os direitos de liberdade de expressão e de sigilo dos usuários.

Eduardo Azeredo rebateu as críticas ao seu projeto. Conforme o senador, as propostas não levam à quebra de privacidade das pessoas nem restringem a liberdade de expressão. Trata-se apenas de um conjunto de medidas para atualizar a legislação contra os crimes cibernéticos. Ele lembrou que a comunidade europeia está estabelecendo regras similares.

– É falso também dizer que o

projeto vai atrapalhar a inclusão digital no país – afirmou Azeredo, numa referência a uma declaração do consultor jurídico do Ministério das Comunicações, Marcelo Bechara, de que a proposta seria um obstáculo à disseminação do uso da informática no país.

O senador garantiu que está aberto a sugestões e lembrou que vários debates sobre o tema já ocorreram. Mas enfatizou que não poderia deixar que versões incorretas prosperassem sobre a proposta, dentre elas a de que haverá rastreamento dos sites que os internautas visitam.

A privacidade do usuário em debate

O projeto de Eduardo Azeredo que trata de crimes na internet e obriga a identificação dos usuários pelos provedores de acesso suscitou acalorados debates no Plenário do Senado na terça-feira.

O senador afirmou que as estatísticas mostram a necessidade de uma adaptação da legislação brasileira, com a tipificação dos crimes cibernéticos, o que hoje não existe na legislação penal. Segundo ele, os incidentes de segurança reportados no Brasil, pela informação da revista *Info*, em 1999, foram 3.107. No ano de 2005, foram 68 mil.

Ele assinalou que não existe no projeto nada que atente contra a privacidade do usuário. Segundo Azeredo, não é verdadeira a informação de que o projeto estaria prevendo que a navegação das pessoas pela internet seria rastreada.

– Sou profissional da área de informática e seria o último a trabalhar contra a nossa grande

arma da liberdade, que é a internet – frisou.

Em aparte, o senador Almeida Lima (PMDB-SE) fez menção ao dispositivo do projeto que se ocupa da violação de rede de computadores, dispositivo de comunicação ou sistema informatizado. Ele citou textualmente o artigo 154, parágrafo 4º: “Nas mesmas penas incorre o responsável pelo provedor de acesso à rede de computadores, dispositivo de comunicação ou sistema informatizado, que permite o acesso ao usuário sem a devida identificação e autenticação”.

– Ou seja, pelo que se sabe, qualquer acesso que vise à interação, como a emissão de um e-mail, a troca de informações ou a coleta de dados, significará o atravancamento de todo um processo em prol de um procedimento que representa retrocesso – ressaltou Almeida Lima.

Já o senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que a condenação do projeto, que classificou de

precoce, é “própria de quem não conhece o processo legislativo e não entende que o primeiro passo de uma longa caminhada foi dado em um projeto”.

Em face do número de senadores que mostrou interesse em conhecer melhor o projeto, o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), sugeriu a Azeredo, antes que alguém pedisse vista, que ele fosse retirado de pauta para distribuí-lo a toda a comissão.

Demostenes Torres (PFL-GO) declarou-se em dúvida quanto à constitucionalidade do artigo 20 do projeto, que trata do cadastro de internautas, mais especificamente sobre a possibilidade da quebra do sigilo da fonte.

Os crimes na internet relacionados à pedofilia foram citados pela senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) como especialmente preocupantes. Diante disso, ela pediu a realização de audiência pública para debater o assunto.



Crimes virtuais

Veja quais são os delitos definidos pelo projeto substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) sobre segurança na internet, puníveis com prisão de um a quatro anos:

- Dano por difusão de vírus eletrônico ou digital.
- Acesso indevido a dispositivo de comunicação.
- Obtenção, guarda e fornecimento de informação eletrônica ou digital obtida indevidamente ou não autorizada.
- Violação e divulgação não autorizada de informações depositadas em banco de dados.
- Não guardar os dados de conexões realizadas em rede de computadores.
- Permissão, com intenção ou simples negligência, de acesso a rede de computadores por usuário não identificado e não autenticado.
- Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública.
- Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico ou de rede de computadores.
- Difusão maliciosa de código de programação destinado a corromper o computador do usuário (artimanha conhecida como phishing scam).
- Falsificação de cartão de crédito ou débito ou qualquer dispositivo eletrônico ou digital portátil de armazenamento e processamento de informações.
- Falsificação de telefone celular ou meio de acesso a sistema eletrônico ou digital.
- Furto qualificado com uso de dispositivo de comunicação, sistema informatizado ou rede de computadores.

Almeida Lima: oposição cobra espaço na Comunicação do Senado

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) declarou que os veículos de comunicação social do Senado estão omitindo pronunciamentos de senadores.

– Já fiz essa reclamação ao presidente Renan Calheiros e disse a ele que isso vem acontecendo comigo há muito tempo – afirmou o senador, ao lembrar que essa mesma denúncia já havia sido feita por Jorge Bornhausen (PFL-SC) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Almeida Lima explicou que essa omissão não parece ser pessoal ou mesmo partir de nenhum jornalista do Senado, mas “de alguém que comanda esta Casa, pois é contra a oposição”.

Mais grave ainda, segundo Almeida Lima, é a informação de que haveria um estudo sendo realizado no Senado com o objetivo de acabar com a transmissão ao vivo das sessões plenárias e dos trabalhos das comissões da Casa, sob a alegação de que há pouca audiência nos programas transmitidos ao vivo.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que já havia sido informado de que alguns pronunciamentos dele não foram transmitidos no programa *A Voz do Brasil*. Jefferson Péres (PDT-AM) ressaltou que um projeto para acabar com as transmissões ao vivo da TV Senado não seria aprovado pelos senadores.

Renan determina levantamento

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comunicou ao Plenário que determinou à Secretaria Especial de Comunicação Social que providencie o levantamento estatístico sobre o espaço ocupado pelos senadores nos veículos de comunicação da Casa, a fim de verificar se existe desequilíbrio no espaço concedido a eles.

A decisão do presidente se deu em razão de reclamação feita pelo senador Almeida Lima. Renan Calheiros também garantiu que não existe projeto visando a modificação da forma como a TV Senado transmitiria as sessões plenárias.

– Enquanto eu for presidente desta Casa, a livre e soberana palavra dos senadores não sofrerá qualquer restrição. Não sou, nem nunca fui, adepto de qualquer gesto

que limite a liberdade de expressão.

Renan lembrou que a TV Senado e a Rádio Senado, com o intuito de atingir um número maior de cidadãos, estão ampliando o número de emissoras em todo o país.

Os senadores Papaléo Paes (PSDB-AP) e Heloísa Helena (PSOL-AL) endossaram a reclamação de Almeida Lima. Papaléo pediu que a TV Senado reprise as sessões plenárias à noite, para que um número maior de pessoas possa acompanhar.

O senador Tião Viana (PT-AC), por sua vez, disse que os jornalistas da Casa não podem ser responsabilizados por eventuais desequilíbrios e que não pode ser colocada em dúvida a honradez desses profissionais.

IMPRESA Comissão de Educação retira de pauta projeto que agrava penas para crime de difamação e calúnia

Mudança na lei depende de acordo

Em busca de consenso sobre o projeto que modifica a Lei de Imprensa (Lei 5.250/67) para agravar as penas relativas a crimes de difamação, calúnia e injúria, a Comissão de Educação (CE) decidiu, na última terça-feira, adiar a votação da proposta. Atendendo a um pedido do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), o presidente da comissão, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), retirou a matéria de pauta e anunciou que iria procurar um entendimento com o autor do projeto, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), e com a relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO).

Segundo relatório apresentado por Fátima Cleide, o projeto de lei (PLS 257/05) destina-se a “coibir a publicação irresponsável de informações potencialmente lesivas à honra, à reputação e à dignidade” de qualquer pessoa nos meios de comunicação. Para isso, determina que cada veículo de comunicação promova “criteriosa investigação” da veraci-

dade dos fatos, além de levar a denúncia ao conhecimento do envolvido, para garantir a este oportunidade de defesa antes da publicação da matéria.

Valadares apresentou voto em separado pela rejeição do projeto. Durante a reunião da CE, o

senador argumentou que o texto contém dispositivos que “afrontam a Constituição” e previu que a repercussão de uma possível aprovação da proposta não seria positiva, por se tratar de tema muito polêmico.

– Não seria o Senado a criar

obstáculo a uma atividade tão importante como a da imprensa – observou Valadares.

O pedido foi aceito pela relatora do projeto. Na opinião de Fátima Cleide, porém, o texto “não é de todo recusável”. A senadora recordou que a consti-

tucionalidade da matéria ainda seria analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Por meio de emenda, a relatora incluiu a expressão “salvo impossibilidade devidamente comprovada” no dispositivo que obriga os veículos de comunicação a levar a denúncia ao conhecimento dos envolvidos, antes da publicação. Em seu parecer, a senadora recorda que o jornalismo investigativo é uma atividade de risco e que a exigência poderia, em alguns casos, expor o profissional a risco de vida.

Durante a reunião, Marcos Guerra (PSDB-ES) relatou sua participação no XXI Encontro do Parlamento Cultural do Mercosul (Parcum), realizado em Buenos Aires. Ele propôs que o Brasil tenha presença mais forte nas reuniões do órgão. Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Sérgio Zambiasi (PTB-RS) explica que o Parcum é composto por membros das comissões de Educação e Cultura dos países do bloco.



A pedido de Valadares (E), que considera o texto inconstitucional, projeto é retirado da pauta da CE

CÉLIO AZEVEDO

Solidariedade à Folha de S. Paulo em episódio de quebra de sigilo

Um voto de solidariedade à *Folha de S. Paulo* foi aprovado na quinta-feira pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), por causa da quebra “aparentemente irregular” do sigilo telefônico do jornal. Foi igualmente aprovado requerimento de informações ao Ministério da Justiça sobre detalhes da escuta patrocinada pela Polícia Federal, segundo noticiou o jornal em sua edição de quinta-feira.

Os dois requerimentos foram apresentados pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O tema foi inicialmente levantado por Heráclito Fortes (PFL-PI), que pediu a aprovação de um voto de protesto. A escuta telefônica teria sido feita na comunicação entre jornalistas da *Folha* e pessoas investigadas por suposta compra de dossiê destinado a incriminar políticos do PSDB.

Suplicy observou que a Polícia Federal solicitou à Justiça a quebra do sigilo de 168 telefones, entre os quais um que era utilizado por jornalistas da *Folha de S. Paulo*. De acordo com o senador, a Polícia Federal não tinha conhecimento da existência, entre aqueles telefones, da linha usada pelo jornal. Heráclito pediu, então, que Suplicy redigisse o texto do requerimento – ao final desdobrado em duas partes.

Entre as informações solicitadas ao Ministério da Justiça, estão as de como se deu a quebra do sigilo telefônico, se houve irregularidades cometidas pela Polícia Federal no episódio e que providências teriam sido adotadas para apurar o caso. Ao apoiar o requerimento, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que o país estaria vivendo um “período de grampomania”.

Virgílio pede voto de desagravo a jornalistas agredidos por petistas

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM), apresentou requerimento solicitando voto de desagravo aos jornalistas agredidos por militantes do PT, durante comemoração da vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno das eleições presidenciais.

Requeriu o mesmo para os jornalistas da revista *Veja*, que, em 30 de outubro, foram chamados pela Polícia Federal em São Paulo para dar explicações sobre matéria intitulada “Operação abafa”, que relatava tentativa de afastar Freud Godoy, ex-assessor da Presidência da República, de envolvimento na compra de dossiê contra integrantes do PSDB.

Virgílio disse que os jornalistas Júlia Duailibi e Marcelo Carneiro, chamados como testemunhas pela PF, acabaram sendo ouvidos como depoentes, foram tratados como suspeitos e sofreram inúmeros constrangimentos.

O senador voltou à tribuna para reclamar que, ao final de seu discurso, a TV Senado teria ficado sem áudio, justamente quando ele defendia a liberdade de imprensa. O presidente da Casa, Renan Calheiros, pediu esclarecimentos à Secretaria de Comunicação Social, que, em seguida, confirmou ter havido queda de potência no provedor da Sky, tanto no Senado como na Câmara.

Ideli vê avaliações divergentes sobre liberdade de expressão

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) apontou a existência de dois pesos e duas medidas na avaliação do Plenário do Senado e da Justiça, respectivamente, sobre o direito à liberdade de expressão nos casos de depoimentos prestados por jornalistas da revista *Veja* à Polícia Federal e de condenação do professor Emir Sader, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em processo por injúria movido pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC).

No caso da revista *Veja*, Ideli afirmou que os jornalistas responsáveis pela matéria sobre supostos abusos praticados pela PF no episódio do dossiê contra políticos do PSDB “foram chamados a contribuir para a elucidação dos fatos”. Apesar de reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* informar que os repórteres de *Veja* teriam sofrido intimidação, pressão

e constrangimento pelo delegado da PF Moysés Eduardo Ferreira, a senadora citou nota da procuradora da República Elizabeth Mitiko Kobayashi – que acompanhou os depoimentos – negando essas acusações.

Por outro lado, Ideli se disse assombrada com o fato de o exercício da liberdade de expressão por Emir Sader, colunista da agência Carta Maior, ter resultado em sua condenação a um ano de detenção em regime aberto, conversível em prestação de serviços à comunidade, e à perda do cargo de professor na Uerj. A decisão da Justiça teria sido motivada por artigo em que Sader comentava críticas de Bornhausen ao PT.

Para Ideli, uma democracia sólida não pode prescindir do direito à liberdade de expressão, sendo necessário, no entanto, manter limites ao seu exercício.

Suplicy defende revisão da sentença que condenou o professor Emir Sader

Eduardo Suplicy (PT-SP) fez um apelo à Justiça brasileira pela revisão da sentença do juiz Rodrigo César Muller Valente, da 22ª Vara Criminal de São Paulo, que condenou o professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) Emir Sader, também colunista da agência Carta Maior, em processo por injúria movido por Jorge Bornhausen (PFL-SC). Ainda passível de recurso, a condenação de Sader foi de um ano de detenção em regime aberto, conversível em prestação de serviços à comunidade, e perda do cargo na Uerj.

Além de ler em Plenário um manifesto em solidariedade a Emir Sader, Suplicy informou que as adesões ao documento, que já reúne mais de 11 mil assinaturas, podem ser feitas pelo endereço eletrônico: www.petitiononline.com/emir/petition.html.

Ainda ao comentar o episódio, o senador admitiu ter-se sentido atingido por críticas feitas em Plenário por Bornhausen. Segundo o petista, o presidente do PFL



Suplicy leu em Plenário manifesto em solidariedade ao professor e jornalista

tentou explicar o sentido de suas palavras em artigo ao jornal *Folha de S. Paulo*, embora não tenha retirado as críticas. As reservas de Suplicy também alcançaram os termos usados pelo colunista – que motivou o processo judicial – em resposta às críticas de Bornhausen.



Virgílio condena atitude da PF durante depoimento de jornalistas da *Veja*

GERALDO MAGELA

JOSE CRUZ

PLENÁRIO

Tião Viana comenta documento da ONU

Os dados do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) em 2006, elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), foram comentados por Tião Viana (PT-AC). Segundo o documento, o Brasil registrou melhoria de condições de vida entre 2003 e 2004, embora tenha recuado (devido ao fato de que outros países obtiveram uma melhora maior) da 68ª para a 69ª posição no ranking mundial que avalia o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 177 países. Na avaliação do senador, o país poderá aprimorar seu de-

sempenho entre as demais nações caso invista mais em educação e saneamento básico.

O IDH é a síntese de quatro indicadores: PIB *per capita*; expectativa de vida; taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais de idade; e taxa de matrícula bruta nos três níveis de ensino.

Tião Viana destacou, porém, que, em razão de alterações metodológicas adotadas pela ONU na análise de dados dos países avaliados pela instituição, o relatório não registra alguns dos avanços obtidos pelo país nos quatro últimos anos, sobretudo

no ensino superior.

– Houve acréscimo de seis mil professores universitários, aumento das verbas de custeio e quarenta e dois novos *campi*. Se esses critérios fossem avaliados, teríamos outra expectativa.

No relatório de 2006, o Brasil é apontado como o décimo mais desigual em uma lista com 126 países e territórios, à frente de Colômbia, Bolívia, Haiti e seis países da África Subsaariana. Em aparte, Aloizio Mercadante (PT-SP) defendeu a utilização do IDH pelo governo na elaboração de políticas públicas.

Mozarildo defende debate sobre médicos no interior

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu a ampliação do debate sobre a falta de médicos no interior do Brasil.

– O Brasil tem mais médicos do que o necessário. No entanto, até por uma questão de condições de trabalho, eles preferem ficar nos grandes centros, mesmo ganhando menos – afirmou.

O senador destacou que é autor do PLS 594/99, que permite o registro dos graduados em Medicina, Enfermagem, Farmácia, Bioquímica, Odontologia e Fisioterapia nos respectivos conselhos somente após pelo menos um ano de estágio obrigatório em municípios que têm menos de um médico para cada mil habitantes. Segundo Mozarildo, o projeto recebeu parecer contrário a sua aprovação, pois inclusive a classe médica o considera inconstitucional.

– Outros países já fizeram isso e deu certo. Se não houver uma medida que obrigue o profissional de saúde a ir para o interior e o remunerar adequadamente, a exemplo do Saúde da Família, não há como pensar que a saúde brasileira vai melhorar – assinalou.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) disse que “o presidente Lula anuncia publicamente que a saúde no Brasil está quase perfeita, mas é uma fábula, pois a saúde está bem pior”.

Mão Santa pede solução para greve de residentes

Mão Santa (PMDB-PI) pediu que o governo encontre com urgência uma solução para a greve dos médicos residentes que, desde a última quarta-feira, pleiteiam reajuste de 53,7% do piso da bolsa que recebem do governo, que hoje é de R\$ 1.470.

Os grevistas afirmam que o valor a ser aumentado corresponde à inflação acumulada desde 2002, quando ocorreu o último reajuste, e pedem também uma fiscalização mais rígida da carga horária de trabalho. O senador destacou que os residentes dão qualificação aos grandes hospitais. Mão Santa solicitou a Tião Viana (PT-AC), que estava presidindo a Mesa, que intermedeie um encontro entre o presidente Lula e dirigentes da Associação dos Médicos Residentes. O senador avaliou ainda o resultado das eleições, que, segundo ele, não melhorou a qualidade da composição do Congresso, e citou pesquisa de opinião indicando que “só 5% dos brasileiros acreditam nos políticos”.



Mão Santa

Agripino cobra explicação sobre cartões corporativos

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), manifestou sua indignação diante de “indícios claros” de que o cartão corporativo da Presidência da República foi usado em São José dos Campos



José Agripino Maia

(SP) para pagar gastos de cunho eleitoral. Ele lembrou já ter feito inúmeras cobranças sobre uso indevido desses cartões por autoridades do governo Lula.

Segundo Agripino, se o uso eleitoral do cartão for comprovado, isso configurará crime eleitoral, fato que, em sua opinião, exigirá do presidente Lula uma atitude firme, exemplar e

célere de apuração e punição dos culpados.

– Se isso não acontecer, vamos propor a instalação de uma CPI para abrir esse cadáver insepulto do cartão corporativo, eivado de irregularidades, para expor, à opinião pública, o que realmente existe dentro dele – afirmou.

Para Agripino, o segundo governo Lula representará uma frustração para as expectativas dos brasileiros e do mundo inteiro, porque o presidente não será mais novidade e certamente não conseguirá cumprir a maior parte de suas promessas “irreais”.

Crivella lê texto da Convenção Batista Brasileira

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) leu em Plenário, na última sexta-feira, documento produzido pela Convenção Batista Brasileira sobre a preocupação com o aumento da violência que vem sendo registrado no Brasil. O texto retrata a indignação diante da insegurança que domina o país, especialmente os grandes centros, e protesta contra a corrupção na política. O documento critica a compra de votos, o pagamento de propinas e a realização de negociações superfaturadas feitas por gestores da coisa pública. O texto pede ainda a defesa da ética e da democracia.

Jucá nega alvarás de mineração em terras indígenas

Na qualidade de líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR) negou, na última sexta-feira, em Plenário, que o governo Lula tenha intenção de liberar novos alvarás de mineração em terras indígenas. O senador lembrou que a Constituição federal proíbe esse tipo de atividade econômica em áreas indígenas demarcadas e disse que esse tipo de proposta não faz parte do novo Plano de Desenvolvimento para a Amazônia que o governo deseja implantar. Segundo Jucá, esse plano prevê a melhoria do nível de bem-estar da população com maior oferta de empregos e renda.

INVESTIGAÇÕES

Jefferson faz apelo para que membros do Conselho de Ética votem relatório

Jefferson Péres (PDT-AM), relator no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do processo disciplinar contra Ney Suassuna (PMDB-PB), fez um apelo para que os membros do colegiado compareçam à próxima reunião, marcada para 22 de novembro, a fim de votar o seu relatório, que sugere a cassação do mandato de Suassuna. A votação seria na última quarta-feira, mas apenas quatro dos 15 membros do conselho, além do corregedor da Casa, Romeu Tuma (PFL-SP), compareceram à reunião. O Regimento do Senado exige quórum mínimo de oito membros do colegiado para votações.

– Se houve algum acordo para se adiar a votação, e se esse acordo foi feito pela maioria, temos que respeitar. Mas espero que o conselho vote realmente no dia 22, seja para rejeitar ou para aprovar o meu relatório. A pior das posições é não votar – declarou Jefferson.

No mesmo dia, deverá ser analisado também o voto em separado apresentado por Wellington Salgado (PMDB-MG), que sugere apenas a aplicação de uma pena de censura verbal a Suassuna.

Demostenes Torres (PFL-GO), que é re-

lator de processo disciplinar contra Magno Malta (PL-ES), ressaltou que a não conclusão do processo contra Suassuna seria um desastre para a credibilidade do Senado. Segundo ele, caso a votação não se realize até o recesso parlamentar, que começa em 22 de dezembro, o processo será automaticamente arquivado, já que o senador pela Paraíba não foi reeleito.

O Conselho de Ética também agendou a reunião para que Malta possa ser ouvido a respeito das acusações de participação no esquema de fraudes para compra de ambulância: será no dia 20, às 10h. Demostenes também adiantou que, caso haja tempo hábil, poderá apresentar seu relatório sobre o caso no dia 22, logo após a votação do processo contra Suassuna.

Romeu Tuma solicitou que fosse marcado para o dia 22 o depoimento da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que também responde a processo no conselho. No entanto, o presidente do colegiado, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), decidiu que, antes de marcar a data, tentaria ouvir o relator do processo, Paulo Octávio (PFL-DF).

Ex-ministros contestam participação no esquema da máfia das ambulâncias

Três ex-ministros da Saúde prestaram depoimento à CPI dos Sanguessugas semana passada. O ex-ministro do governo Fernando Henrique Cardoso, José Serra, eleito governador do estado de São Paulo, não compareceu ao colegiado.

O primeiro a ser ouvido foi o atual prefeito da cidade paulista de Piracicaba, Barjas Negri (PSDB), ministro da Saúde no final do governo FHC (entre fevereiro e dezembro de 2002). Ele afirmou que, durante sua gestão, não havia nenhum tipo de intermediação com empresas para liberação de emendas de parlamentares. Segundo ele, esse relacionamento se dava diretamente com deputados, senadores e seus assessores.

– Na nossa gestão, não houve fraude nem corrupção – disse o ex-ministro.

No entanto, Barjas Negri admitiu que empresas do grupo de Abel Pereira, empreiteiro de Piracicaba apontado por Luiz Antônio Vedoin – suposto chefe da máfia das ambulâncias – como lobista da Planam no ministério, teriam contribuído com sua campanha à prefeitura do município, em 2004.

Na última quarta-feira foram ouvidos

os ex-ministros da Saúde do atual governo Humberto Costa, que atuou de janeiro de 2003 a julho de 2005, e Saraiva Felipe, seu sucessor, que ocupou o cargo até abril deste ano.

Humberto Costa frisou que não favoreceu a empresa Planam com liberação de recursos para venda de unidades móveis de saúde. De acordo com Costa, todos os contratos e convênios realizados entre o Ministério da Saúde e a empresa Planam durante o período de sua gestão cumpriram os requisitos legais.

– Se o Vedoin pagou propina, ele foi ludibriado – assinalou o ex-ministro.

O deputado federal Saraiva Felipe (PMDB-MG) disse que nomeou a ex-funcionária da Planam, Maria da Penha Lino, por indicação do deputado Wilson Santiago (PMDB-PB), que teria chancelado pedido do deputado José Divino (PMDB-RJ).

Maria da Penha é apontada como braço da “máfia das ambulâncias” no Executivo. Segundo Saraiva Felipe, no entanto, a liberação de emendas era responsabilidade de funcionários de carreira, e, portanto, “se ela tentou interferir em alguma coisa, sua tentativa foi frustrada”.

Voz do Leitor

REFORMAS

“Antes de qualquer reforma no Brasil é necessário fazer a reforma moral em todos os segmentos da sociedade.”
Guido Chiniara Batuta, de Valinhos (SP)

AGRICULTURA FAMILIAR

“Parabenizo o governo e o Congresso Nacional pela Lei 1.326, que estabelece a política nacional da agricultura familiar. Isso trará desenvolvimento para os pequenos agricultores.”
Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)

VOTO FACULTATIVO

“Sugiro que nas próximas eleições o voto seja facultativo. Se o país é democrático, não há razões para que o voto seja obrigatório.”
Gilberto Donizete Esquerdo, de Salto (SP)

CIVILIDADE

“Eu, como todo cidadão brasileiro, estou muito envergonhado com tudo o que está acontecendo em nosso país. Acho que têm que voltar urgentemente, no ensino básico, as matérias de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e História Geral e Cívica, pois o que está faltando aos nossos políticos é uma boa base de civilidade e patriotismo, para que possam servir de exemplo para toda a população brasileira. Não podemos desprezar a nossa história, escrita pelo sangue de muitos heróis. Também sugiro a distribuição, nas escolas, da Constituição federal, para que o povo tenha conhecimento das leis e dos direitos que regem este país e possa denunciar quando não são cumpridas.”
Gean da Silva Carvalho, de Cruz das Almas (BA)

PENA DE MORTE

“Sugiro que haja referendo para saber a opinião da população sobre pena de morte e prisão perpétua no Brasil.”
Marley José da Silva, de Morada Nova de Minas (MG)

EDUCAÇÃO

“Venho aqui expressar o meu descontentamento com a educação brasileira, pois sabe-se que esta é o alicerce para o bem-estar da sociedade. Informações nos levam a crer que o Estado só está preocupado com o alto índice de aprovação dos alunos da rede pública, somente para dizer ao mundo que, estatisticamente, o Brasil não tem alto índice de repetência escolar. Isso é uma farsa, deve-se exigir mais do aluno e ao mesmo tempo oferecer um ensino de qualidade. É necessário também que seja introduzida a disciplina Direito no ensino fundamental, para que sejam estudados pontos relevantes do nosso ordenamento no que concerne a direitos e deveres do cidadão.”
Paulo Ricardo Benevides, de Salvador (BA)

REAJUSTE SALARIAL

“Com a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os servidores de nível médio mais uma vez ficarão sem reajuste. Desde 1995, só receberam 1%.”
José Paulo Gonçalves de Almeida, do Rio de Janeiro (RJ)

ENERGIA ELÉTRICA

“Solicito atenção dos consumidores de energia elétrica na fiscalização do código tributário em empresas de energia.”
Francisco Batista de Oliveira Filho, de Campina Grande (PB)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

ELEIÇÕES

Tiago Martins, de Sengés (PR)

“Qual é a opinião do senhor a respeito das eleições de 2006?”

O senador Flávio Arns (PT-PR) responde:

As eleições realizadas em outubro de 2006 foram positivas em muitos aspectos. Houve um clima de tranquilidade e de segurança que ajudou a consolidar o processo democrático no país. Tivemos, também, muitos debates entre os candidatos nos dois turnos das eleições, que ajudaram a população a refletir sobre os problemas, desafios e caminhos a serem seguidos para que o nosso país se desenvolva. Para a tranquilidade e a segurança do Brasil, inclusive, considero muito importante que tenha ocorrido um segundo turno na eleição para a Presidência da República. O segundo turno, na minha opinião, Tiago, possibilitou um clima institucional positivo, com muito mais certeza dos eleitores que compareceram às urnas. Houve uma diferença importante de votos para o presidente Lula, em relação ao outro candidato à Presidência da República, o que deu maior legitimidade e segurança ao seu novo mandato. Há outro ponto que, na minha opinião, foi bastante positivo. O candidato à Presidência pelo PSDB, o ex-governador do estado de São Paulo Geraldo Alckmin, não venceu, mas apresentou em seus programas eleitorais muitas propostas e questões que o Brasil precisa enfrentar. As sugestões dele e de outros candidatos vencidos ainda no primeiro turno, sem dúvida, Tiago, deverão ser consideradas por todos os que querem um Brasil melhor.



DÍVIDA PÚBLICA

Robson Fritzen, de Crissiumal (RS)

“Por que a União gasta mais da metade do Orçamento com o pagamento da dívida pública? O senhor não acredita que dessa forma o desenvolvimento do país fica prejudicado?”

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) responde:

Nós sabemos que a dívida pública está crescendo, não por causa de novos financiamentos, mas sobretudo em decorrência dos juros, que são pagos em percentuais maiores do que aqueles praticados em qualquer outro país. Considero lamentável que isso aconteça. Na verdade, essa situação representa uma sangria de recursos públicos que deveriam atender projetos de infraestrutura que geram desenvolvimento, emprego e renda. Lamentavelmente, não é o que vem ocorrendo no país, meu caro Robson.



Frases

“Hoje, o internauta pode navegar com nome fantasia. Pode, até, enviar e-mail com identificação de asteriscos. A quem interessa o anonimato?”

Eduardo Azeredo, em defesa de sua proposta de criminalizar o acesso indevido à internet e tornar obrigatória a identificação dos usuários.

“Há um vazio na legislação brasileira quanto aos crimes cibernéticos”

Renan Calheiros, alertando para a necessidade de uma legislação que coíba os crimes praticados por meio da internet.

“Se isso não acontecer, vamos propor a instalação de uma CPI para abrir esse cadáver insepulto do cartão corporativo, eivado de irregularidades, para expor, à opinião pública, o que realmente existe dentro dele”

José Agripino, que pediu explicações sobre o uso do cartão corporativo da Presidência para pagar gastos de cunho eleitoral.

“O caminho do velho desenvolvimentismo pode levar ao crescimento, mas podemos ter na verdade uma bolha de crescimento”

Aloizio Mercadante, ao defender mudanças na política econômica do governo federal no segundo mandato do presidente Lula.

“O presidente Lula pode fazer o país decolar desde que, nos acertos para a composição do próximo governo, não fique prisioneiro do que há de pior no Congresso e não se transforme em administrador de crises”

Jefferson Péres, sobre as perspectivas para o novo mandato do presidente Lula.

“Suassuna tem de ser chamado à atenção e isso precisa ficar registrado na Casa, por isso sugiro a censura”

Wellington Salgado, justificando censura pública ao senador Ney Suassuna, e não a sua cassação.

“Mato Grosso será uma alternativa aos milhões de estrangeiros que nunca viram um bando de araras que vêm à janela do hotel para comer”

Serys Shessarenko, cobrando investimentos em infraestrutura para o turismo no Centro-Oeste.

Foto da Semana

O projeto do Supersimples, que beneficia micro e pequenas empresas, foi aprovado pelo Senado na quarta-feira. Teve voto favorável dos 55 senadores presentes. A aprovação foi comemorada por líderes empresariais presentes na galeria. Mas o projeto sofreu mudanças por pressão de estados e municípios que temem perder com os benefícios fiscais concedidos aos empresários. Por isso, o texto voltará a ser apreciado na Câmara

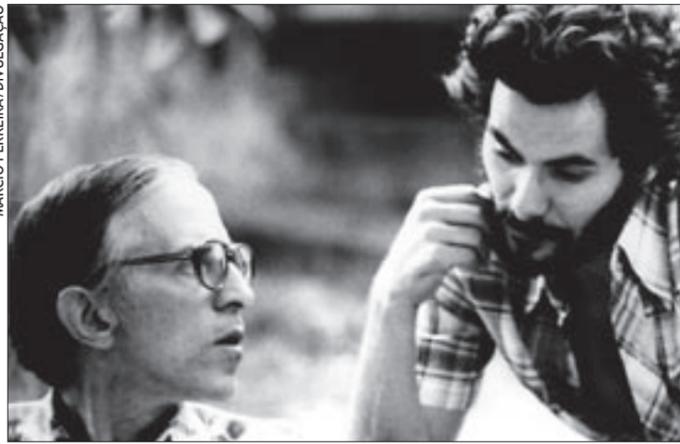


MOREIRA MARIZ

Missa dos Quilombos, 25 anos

Há 25 anos era celebrada no Recife (PE), para um público de 8 mil pessoas, a Missa dos Quilombos. A TV Senado conta a história dessa celebração criada por dom Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra, com música de Milton Nascimento, no documentário inédito *A Missa dos Quilombos*. O ato religioso denunciou as conseqüências da escravidão e do preconceito no Brasil e se transformou numa cerimônia de fé, comunhão, música e ritmo, a partir da atitude revolucionária de membros da Igreja em favor da introdução das referências culturais de diferentes povos na eucaristia.

O documentário procura resgatar a importância histórica da obra. A equipe da emissora viajou para São Félix do Araguaia (MT), Rio de Janeiro e Belo Horizonte para colher depoimentos exclusivos dos três autores, do



A TV Senado conta a história da celebração criada por dom Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra, com música de Milton

bispo dom José Maria Pires – que conduziu a cerimônia em Recife –, do diretor teatral Luiz Fernando Lobo – que dirigiu o espetáculo homônimo encenado pela Cia. Ensaio Aberto –, do compositor Fernando Brant, do percussionista Robertinho Silva

e de todos os músicos, artistas e produtores envolvidos nessa grande história. Imagens exclusivas do acervo do empresário mineiro Márcio Ferreira, diretor e produtor das missas desde a sua primeira celebração, enriquecem o trabalho.

A Missa dos Quilombos apresenta ainda a música e a voz de Milton Nascimento e seu depoimento emocionado sobre as celebrações, e a revelação de dom Pedro Casaldáliga sobre o sentido revolucionário da missa. Outras participações destacam o contexto político, social e estético da época, apoiado pelo minucioso trabalho de pesquisa da produção da TV Senado.

Com direção de Liloye Boubli e produção de Cláudia Rangel, o documentário estreia em novembro, mês em que a missa completa 25 anos desde a sua celebração em Recife. *A Missa dos Quilombos* vai ao ar nesta sexta-feira (17), às 22h30; no sábado (18), às 15h30 e 21h; e domingo (19), às 21h30.

Para mais informações sobre a programação da Rádio e da TV Senado, acesse www.senado.gov.br/tv e www.senado.gov.br/radio.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 3

4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2

8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias
4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

Uma nova visão da história do Brasil

ALEXANDRE GUIMARÃES

O cearense Capistrano de Abreu será sempre citado como um dos expoentes dos estudos historiográficos brasileiros. Foi, certamente, o primeiro historiador a dar importância a elementos populares ou menos elitistas, o que se traduziu em uma transcrição socioeconômica da história do Brasil.

Ensaio e Estudos foi publicado pela primeira vez postumamente, reunindo diversos artigos escritos entre 1903 e 1927. Entre os temas estão Duque de Caxias, Frei Vicente de Salvador, Claude Abbeville, Antônio José, o Judeu, e os atos do Santo Ofício no Brasil.

Capistrano é daqueles autores de quem sempre se deve esperar opiniões fortes, apesar de seu texto leve. Entre os pontos de vista que, em sua vida, teve coragem de manter, estava o desprezo pela Inconfidência Mineira e sua tão afamada importância. Para o historiador, não havia passado de um movimento de uma minoria intelectual, que não chegou à ação. Mas Capistrano valorizava os movimentos populares que eclodiram em diversas épocas nas diferentes partes da colônia. Estes, sim, tinham ação, mas geralmente foram reprimidos pela minoria que usufruía do poder.

Os textos apresentados nesta obra pertencem ao

que se pode chamar de terceiro momento de seus estudos. Já afastado das salas de aula do Colégio Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, por não se conformar com os rumos dados ao estudo da história do Brasil no governo Campos Sales, passou a se dedicar exclusivamente à pesquisa. Além disso, este foi um momento em que o autor se desligou das influências positivistas que marcaram seus primeiros textos.

Editado como volume 9 das Edições do Senado Federal, *Ensaio e Estudos*, obra de extrema importância nos diversos estudos da história brasileira, é um livro de texto fluente e leitura agradável, recomendado tanto ao aluno de ensino médio ou de ensino superior das áreas de Ciências Humanas quanto ao pesquisador ou ao interessado em obras de análise da formação do país.



Capistrano de Abreu

REPRODUÇÃO

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro *Ensaio e Estudos*, de Capistrano de Abreu, é o volume 9 das Edições do Senado Federal e pode ser adquirido por R\$ 15. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Ao vivo, sessão do Parlamento do Mercosul

No dia 14 de dezembro próximo, a TV Senado vai transmitir por satélite para todos os países da América do Sul, em parceria com a TV Brasil Internacional – Canal Integración, a sessão inaugural do Parlamento do Mercosul que será realizada no Brasil.

Em almoço na última semana, Armando Rollemberg, diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, William França, diretor da Secretaria de Comunicação da Câmara, Eugênio Bucci, diretor da Radiobrás, e o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, celebraram a parceria entre os respectivos setores.

Criada em dezembro de 2004

por iniciativa conjunta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a TV Brasil – Canal Integración já transmite sua programação diariamente durante 24 horas, via satélite, para a América do Sul desde setembro do ano passado. O Brasil é o único país do continente com uma emissora de TV estatal com 24 horas de transmissão para toda a região. Ela já tem acordos assinados com 150 instituições para transmissão e produção de programas de televisão.

A TV estatal transmite programas culturais e educativos. No Brasil, a programação é transmitida das 22h às 6h pela NBR, emissora da Radiobrás.



OSWALDO CÂMARA

Durante mais de três horas, na tarde de quinta-feira, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) – foto – autografou o seu novo livro, na Praça de Autógrafos da 52ª Feira do Livro de Porto Alegre. Do Regime Militar ao Mensalão, obra que retrata 25 anos da vida do parlamentar, tem 680 páginas divididas em quatro partes: pronunciamentos, projetos, requerimentos e pareceres. O prefeito de Porto Alegre, José Fogaça, e o senador Paulo Paim (PT-RS) participaram do lançamento do livro.

Representando a Comissão de Feiras de Livro do Senado, o diretor do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Florian Madruga, comentou que o senador foi protagonista dos principais fatos da vida política brasileira nas últimas décadas.

Florian citou como exemplo a CPI dos Bingos, que somente foi instalada após Simon e Jefferson Péres (PDT-AM) entrarem com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal.

Agência Senado firma convênio com a estatal chinesa Xinhua

A Agência Senado e a agência estatal de notícias chinesa Xinhua firmaram na segunda-feira convênio de cooperação para o intercâmbio de material jornalístico. Por meio do convênio, que não envolve custos financeiros, cada uma das agências poderá usar matérias produzidas pela outra, desde que citada a fonte. Serão ainda criados *links*, nas páginas na internet, de cada uma das duas agências, direcionando os leitores interessados para os serviços de notícias da

outra agência.

Este foi o primeiro convênio internacional firmado pela Agência Senado, como lembrou a diretora do órgão, Valéria Ribeiro. A assinatura do documento, disse ela, abre um novo movimento de expansão da agência, que deu início, em maio, ao serviço internacional, com a divulgação de notícias do Senado em inglês e espanhol. Outros convênios, adiantou a diretora, deverão ser firmados em breve pela agência.

Aconteceu no Senado

O início do retorno das eleições diretas

Em 13 de novembro de 1980, uma sexta-feira, o líder do PP, senador Gilvan Rocha (SE), registrou seu regozijo pela aprovação de emenda constitucional proposta pelo governo. Um “regozijo relativo”, enfatizou, porque “o Congresso, em vez de estar cuidando de outros problemas nacionais, ainda tinha que perder tempo em fixar regras para o processamento de eleições, quando elas já estavam consolidadas havia muito pela evolução política da Humanidade”. Gilvan Rocha foi

um dos três senadores e nove deputados que se manifestaram na sessão conjunta do Congresso que aprovou, por unanimidade, eleições diretas para os governos estaduais e o Senado, extinguindo a figura do senador biônico (preservados os mandatos em curso).

As oposições chegaram a apresentar subemenda que estendia as eleições diretas para presidente e para prefeitos das capitais; reduzia o mandato presidencial de seis para cinco anos; extinguia o Colégio Eleitoral como elei-

tor indireto do presidente da República; e assegurava até 1982 os mandatos dos senadores biônicos, nomeados em 1978.

O substitutivo da oposição, encabeçado pelo deputado Ulysses Guimarães (MDB-SP), não chegou a ser votado, uma vez que a maioria do Plenário deu preferência à proposta do governo.

No Senado, Orestes Quércia (MDB-SP) defendeu a emenda, ao que o líder do MDB, Paulo Brossard (RS), afirmou: “O que se está praticando nos

últimos anos em nosso país é o abastardamento desses pleitos”.

Entre os senadores apelidados de “biônicos” figuraram nomes de peso da política brasileira, como Amaral Peixoto (RJ), Dinarte Mariz (RN) e Afonso Camargo (PR).

Com 54 votos no Senado e 390 na Câmara, em segundo turno, há 26 anos foram restauradas parcialmente as eleições diretas. Faltava apenas para presidente da República, direito restabelecido em 1984.



ARQUIVO/SENADO

Dinarte Mariz foi um dos senadores nomeados pelo presidente da República

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janáina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Preconceito: pior efeito da psoríase

A pele é um dos maiores órgãos do corpo humano e representa 16% do seu peso. Sua principal função é evitar a perda de água e proteger o corpo dos raios do sol e das agressões do meio ambiente. A pele também é responsável

pela transmissão de estímulos (frio e calor, toque, dor, etc.) e ajuda a regular a temperatura corporal.

Sendo tão extensa e vital, qualquer alteração na pele compromete a qualidade de vida da pessoa. Assim

acontece com a psoríase, uma doença de pele que, estima-se, afeta de 1 a 3% da população mundial (até 190 milhões de pessoas). Saiba mais sobre como identificar e tratar a psoríase nesta edição do Especial Cidadania.

Doença provoca vários tipos de lesão

A doença provoca lesões bem típicas na pele, vermelhas e descamativas, geralmente arredondadas ou ovais, às vezes elevadas. As escamas são secas, esbranquiçadas, podendo variar desde pequenas e finas até espessas e grandes. Elas podem provocar coceira ou sensação de dor e incômodo.

As regiões mais afetadas costumam ser aquelas que sofrem mais atrito, como joelho, cotovelo, nádegas, palmas das mãos e solas dos pés. Unhas e couro cabeludo também são atingidos, assim como, mais raramente, as articulações do corpo (juntas).

A psoríase aparece em vários graus e as lesões podem assumir aspectos diferentes, as chamadas formas clínicas da doença:

Vulgar ou em placas – É a forma mais comum, observada em quase 90% dos doentes. A doença aparece no couro cabeludo, cotovelos, joelhos ou nádegas, sob a forma de

placas de tamanhos variados, bem delimitadas, avermelhadas, com escamas prateadas ou acinzentadas, secas e coladas na pele.

Invertida – Lesões mais úmidas, nas áreas de dobras (embaixo das mamas, na área genital, entre as nádegas).

Gutata ou em gotas – São pequenas lesões em forma de gota que ocorrem durante e após processos infecciosos das vias aéreas superiores, como infecção de garganta ou de ouvido. As lesões localizam-se no tronco e nas partes dos braços e coxas mais perto dos ombros e do quadril, poupando mãos e pés. São numerosas e aparecem subitamente, mais freqüentemente em crianças, adolescentes e adultos jovens.

Eritrodérmica – Caracteriza-se por apresentar lesões generalizadas (75% ou mais da área corporal), avermelhadas e com leve descamação.

Ungueal – Uma ou todas as unhas podem ser afetadas, em

geral após uma lesão na pele. Atinge mais as unhas das mãos que dos pés, que ficam com pontos de depressão ou manchas amareladas cor de óleo, embora possam surgir outras alterações menos comuns.

Artropática – Em cerca de 8% dos casos pode haver o comprometimento das articulações, com início agudo (súbito) ou subagudo, com comprometimento diferente de várias articulações das pontas dos dedos das mãos e dos pés e, ocasionalmente, de alguma articulação grande, como joelho ou cotovelo. Quando é prolongada e mais grave, os dedos ficam deformados. Essa forma da doença também pode atingir a coluna.

Pustulosa – Lesões com pus, localizadas nas mãos e nos pés ou espalhadas pelo corpo.

Palmo-plantar – Em 12% dos casos as palmas das mãos e a sola dos pés são atingidas por lesões típicas ou fissuras (rachaduras), difíceis de tratar.

Não é contagiosa porque tem origem genética e hereditária

A psoríase é uma doença inflamatória, benigna e crônica, causada por uma distorção na programação genética da pessoa e desencadeada ou piorada por fatores externos, como o uso de alguns medicamentos e o estresse. Também é hereditária: estudos comprovam que o erro na programação genética dos pais tende a se repetir em 30% dos filhos, existindo famílias em que a doença é muito comum em irmãos, primos, pais, filhos, etc.

Embora apareça igualmente em homens e mulheres, nessas últimas tende a surgir mais cedo. Existem duas fases de maior incidência: antes dos 30 e depois dos 50 anos. Em 15% dos casos, surge antes dos dez anos de idade. Em pessoas com história familiar da doença, o início tende a acontecer mais cedo.

A psoríase, portanto, nasce com o seu portador, podendo se manifestar externamente em qualquer fase da vida. É uma doença não contagiosa: ninguém pega psoríase pelo ar, piscina, toalhas, ato sexual ou ao manter qualquer outra forma de contato

com a pele do doente. Ao lado do incômodo causado pelas lesões, o preconceito que decorre da falta de informação das pessoas sobre a doença é o efeito mais perverso da psoríase.

Dicas para viver com mais saúde

- ▶ **Alimentação:** não há restrições na alimentação do portador de psoríase. Mas fique atento: alimentos ricos em gordura prejudicam a absorção, e, portanto, o efeito de alguns medicamentos usados no tratamento das lesões.
- ▶ **Mantenha o peso ideal:** existem estudos mostrando que a psoríase tende a aparecer mais ou de forma mais grave em pessoas obesas.
- ▶ **Faça exercícios físicos, sem exageros.**
- ▶ **Evite ao máximo situações e hábitos estressantes.**
- ▶ **Repouso e lazer são essenciais, não se descuide deles.**

Os fatores que melhoram e os que pioram

Melhoram a psoríase

- **Exposição solar controlada:** 80% dos doentes melhoram, mas é preciso usar um protetor solar adequado à sua pele e evitar o sol entre 10h e 15h.
- **Banhos de imersão:** hidratam e fazem a desinfecção das lesões, além de exercer efeito calmante sobre a pele.
- **Hidratantes:** os mais potentes melhoram a descamação e evitam as rachaduras nas áreas lesadas.

Pioram a psoríase

- **Estresse, frio, excesso de sol, algumas doenças (diabetes não controlado, infecções), traumatismos, uso de medicamentos, entre eles os para hipertensão, malária e hepatite, e os psiquiátricos.**
- **Álcool e cigarro:** pioram ou até desencadeiam a psoríase.
- **Coçar as lesões:** ao coçar e destacar as “cascas”, fere-se ainda mais, piorando as lesões.
- **Automedicação:** os remédios à base de cortisona, por exemplo, melhoram imediatamente a psoríase, mas causam grande piora posterior. Deve-se sempre procurar o dermatologista.



Medicação de uso local, indicada e controlada pelo médico, é suficiente em 75% a 80% dos casos

Hidratação e cuidado com o sol são importantes

As lesões têm períodos de grande exacerbação e outros em que deixam de existir, as chamadas remissões. Assim, a doença, apesar de incurável, é cíclica.

Embora a psoríase possa ser confundida com outras doenças de pele, como micoses, alergias e cânceres, principalmente por suas diferentes manifestações, como pontos de pus, coceiras, descamações, espessamento da pele dos pés, alterações nas unhas, nos cabelos, dor nas juntas, entre outras, o dermatologista consegue facilmente diagnosticá-la durante a consulta. Nos casos mais graves ou quando aparecem formas não usuais o médico pode pedir uma

biópsia da pele.

O tratamento é individualizado, dependendo das características da pessoa e do tipo de vida que ela tem. Nos casos leves a moderados (75% a 80%) usa-se medicação de uso local na pele, indicada e controlada pelo médico. Já os casos severos e extensos requerem um tratamento mais controlado e agressivo, com medicação de uso oral ou injetável associada ou não à fototerapia (exposição à luz). Passada a crise, o médico pode receitar medicamentos de uso na pele para manutenção do período de melhora.

O objetivo do tratamento é diminuir as lesões nos momen-

tos de piora e manter o doente o máximo de tempo possível sem lesões na pele. A remissão pode durar dias, meses, anos ou mesmo toda a vida. Tem-se então a impressão de cura, apesar da psoríase ser uma doença crônica e incurável.

A escolha do veículo da medicação (creme, gel, pomada, unguento, espuma, xampu, loção, óleo ou spray) depende do tipo de pele e do local afetado. Já a exposição moderada ao sol e a hidratação contínua da pele são importantes para a maioria dos pacientes, assim como a psicoterapia com vistas à redução da ocorrência das situações de estresse.

